

VALDIR ZANELA

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

FRANCISCO BELTRÃO
1998

VALDIR ZANELA

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Monografia apresentada para conclusão do curso de especialização para educadores de jovens e adultos, pela Universidade Federal do Paraná e Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, sob a orientação da professora Serlei Maria Fischer Ranzi.

**FRANCISCO BELTRÃO
1998**

Dedicatória

Dedico este trabalho a todas as famílias que perderam alguém na luta pela posse da terra, em especial aos trabalhadores sem terra que fazem da terra brotar a vida, que nela sobrevivem na labuta do dia a dia.

“Essa cova em que estás
Com palmas medica,
É a conta menor
Que tiraste da vida.
É de bom tamanho,
Nem largo nem fundo,
É a parte que te cabe
Deste latifúndio.
Não é a cova grande
É cova medida,
É a terra que querias
Ver dividida”

(Morte e Vida Severina, João Cabral
de Melo Neto).

Agradecimento

Agradeço a todos que colaboraram de alguma forma para a realização deste trabalho, feito com muito amor, carinho e dedicação, em especial a Professora Olivia F. Basso diretora do Centro de Estudos Supletivos de Francisco Beltrão – Pr (CESBEL), ao Professor Hermógenes Lazier que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Sumário

Introdução.....	01
Revisão bibliográfica.....	03
Conhecendo um pouco da história da luta pela terra do Brasil	07
Aula – 1 – A questão Agrária no Brasil	10
Atividades	14
Aula – 2 – O Êxodo Rural	25
Atividades	27
Aula – 3 – Trabalhando com Charge	33
Atividades.....	35
Aula – 4 – Interpretando diferentes charges	43
Atividades	44
Aula – 5 – Trabalhando com artigos de jornais.....	45
Atividades	46
Aula – 6 – Conhecendo aspectos da estrutura agrária do Paraná.....	47
Atividades.....	51
Aula – 7 – A Revolta dos Posseiros	55
Atividades	56
Aula – 8 – Vídeo o MST e a Reforma Agrária	67
Atividades	69
Conclusão	70
Bibliografia.....	71
Anexos	73

Introdução

O trabalho aqui apresentado tem como público alvo os alunos de 1º e 2º graus, cujo objetivo proposto é trabalhar um total de dez horas aulas, sendo todas as aulas preparadas para levantar problema agrário no Brasil.

Aproveitar a mídia como instrumento de aprendizagem, levando nossos educandos a desenvolverem atividades com jornais e revistas, colocando-os diretamente em sintonia com a questão fundiária no Brasil.

Para desenvolver atividades tão complexas com os alunos tomaremos como ponto de partida o Tratado de Tordesilhas, onde o Brasil ainda não havia sido descoberto, cujas terras já pertenciam a coroa portuguesa. Para enfocar esta matéria contarei com o auxílio de uma transparência, (nº 1)

No segundo momento o trabalho será desenvolvido na forma de aula espositiva explorando uma transparência com a divisão do Brasil em capitânicas hereditárias (2ª transparência), na qual deve ficar claro aos educandos todo o processo de divisão das terras em grandes lotes, distribuídos as pessoas de confiança do Rei de Portugal.

No terceiro momento irei detalhar as questões das leis, pretendo aqui trabalhar com a lei de terras, levantar uma problemática entre as sesmarias e os latifúndios, para esta atividade distribuirei a lei de terra para os alunos.

Na seqüência irei exibir a transparência sobre as principais leis envolvendo as terras no Brasil para situar melhor meus alunos no tempo, pretendo aqui explorar um pouco mais o período de 1822 a 1850 onde o Brasil ficou sem nenhuma lei. Levantar a questão o que aconteceu com as nossas terras durante este período?

Com o auxílio da terceira transparência, que trabalha na forma de linha do tempo, pretendo explorar ao máximo as lutas entre os que possuíam terras e os sem terras de cada

época, com especial atenção ao golpe militar de 1964, sufocando todos os movimentos sociais no campo com o emprego de toda a violência possível.

Explorar gráficos de diferentes épocas com os alunos na forma de transparência para melhor auxiliá-los a compreenderem a realidade de cada época, situá-los no tempo será uma constante em todas as aulas.

O trabalho sobre o êxodo rural será de suma importância para por o aluno frente a frente com os problemas sociais das cidades que estão ligadas diretamente com a questão agrária. Levando-o a perceber que o problema da violência urbana possui ligações com êxodo rural.

As charges que estão estampadas em quase todos os jornais leva a uma reflexão profunda com uma pequena dose de humor aos nossos educandos, aproveitarei para trabalhar com jornais e revistas.

O trabalho aqui apresentado possui uma seqüência, inicio o trabalho partindo do Tratado de Tordesilhas, entro na questão agrária do Brasil, desloco para o Estado do Paraná com todas os seus problemas de ordem social política e econômica chegando até um dos movimentos sociais onde temos claro que os pequenos venceram os grandes onde o capital foi vencido e a questão da Revolta do Posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957.

Para desenvolver esta atividade irei explorar em vídeo produzido pela Assessorar de Francisco Beltrão que revela em detalhes todo o episódio, para reforçar explorarei transparências e fotografias da época.

Ao final dos trabalhos pretendo criar um pensamento histórico com os meus alunos sobre os problemas sociais envolvendo a questão agrária no Brasil.

Revisão Bibliográfica

Os Comunistas e a Reforma Agrária no Paraná

Arnaldo Augusto

O livro destaca que os comunistas, estão ajudando a construir, junto com os trabalhadores e o povo, o caminho brasileiro para o socialismo, entre eles a socialização da terra.

Destaca a ocupação do norte e do oeste do Paraná foi ocupado no momento em que o capital inglês dominava o Brasil.

O autor cita o movimento de 1957 no Sudoeste do Paraná , cujo movimento chamado de Revolta dos Posseiros não teve conotação política, foi um movimento sem o envolvimento político.

No livro fica claro que os comunistas tiveram um importante papel na formação dos sindicatos a partir dos anos 60, não mencionava que a igreja também estava ligada com os movimentos camponeses, na verdade existia uma disputa pelo controle no campo entre a igreja e o partido comunista do Brasil.

Violência no Campo

O latifúndio e a reforma agrária

Autor Júlio José Chiavenato

O autor questiona em seu livro a todo o instante sobre a violência em todos os sentidos, confronta a miséria com o gerador da mesma, questiona o judiciário a atuação da polícia. Busca em dados oficiais e estatísticos (IBGE), levando ao questionamento dos dados estatísticos.

polícia. Busca em dados oficiais e estatísticos (IBGE), levando ao questionamento dos dados estatísticos.

Relaciona a questão da violência urbana com o êxodo rural, levando a uma análise profunda da violência do Brasil.

Na página 15 o autor cita a morte de 1937, trabalhadores rurais entre 1964 e 1994, sendo executados por pistoleiros a mando dos latifundiários com o auxílio da polícia militar, com o respaldo do judiciário.

Trata a justiça como cúmplice dos problemas da violência no campo, sendo que o judiciário usa o argumento de “ausência de lei”.

O autor não apresenta uma proposta para resolver a questão agrária no Brasil, baseia-se principalmente em dados fornecidos pela igreja, certamente tudo está sendo bem colocado pelo autor, porém está faltando algo mais concreto, apontar possíveis soluções para resolver o problema agrário no Brasil.

Análise histórica da posse da terra no Sudoeste Paranaense. Hermógenes Lazier.

Em seu livro o autor elabora uma síntese muito completa sobre a questão agrária no Sudoeste.

Esclarece muito bem ao público a atuação da cango, Getsop e da própria Citla no sudoeste do Paraná.

Questiona as disputas pelas terras entre o Brasil e a Argentina, Paraná e Santa Catarina, disputa entre a Citla e o governo federal, disputa entre o governo federal e o governo do Paraná.

Estabelece uma análise profunda, entre a posse legal e a posse imposta pelas companhias presente no Sudoeste.

Faltou um aprofundamento maior na questão histórica e na organização dos movimentos sociais dentro do próprio movimento.

***Frei Betto – OSPB
Introdução à política Brasileira
Na página 65 capítulo 11 – Reforma Agrária já.***

O autor estabelece uma relação entre a colonização portuguesa e a questão da terra, estabelece uma relação entre Capitânicas Hereditárias e a lei de terras, questiona as formas de acesso a terra.

Questiona que a única Reforma Agrária feita no Brasil foi em 1532 onde ocorreu a divisão das terras em 14 capitânicas hereditárias.

Levanta toda uma problemática sobre o êxodo rural e o problema urbano no Brasil, e foi muito feliz em citar pontos para uma reforma agrária bem sucedida (pag. 72)

O autor tende para o lado socialista e estamos dentro de uma realidade capitalista ferrenha onde não conseguimos libertar-nos da política imposta pelos americanos.

Êxodo Rural e urbanização

Fernanda portela & José W. Visentini

Um dos livros de fácil leitura e interpretação, rico em imagens e gráficos, início com uma pequena história de uma família saindo do campo em busca de uma vida melhor na cidade.

Questiona a especulação imobiliária e o espaço ocioso dentro das cidades, responsabiliza diretamente os latifúndios pelos problemas causados no campo.

Analisa as metrópoles Brasileiras com os seus problemas, do exército de reserva termina sua publicação não apontando soluções para os problemas sociais existentes não questiona a política agrária ligada diretamente ao governo, falta um embasamento teórico sobre a questão histórica.

Reforma Agrária

Fernando Portela e Bernardo Mançano Fernandes

Um ótimo livro parte de uma pequena história para problematizar a questão agrária, explora muito bem as imagens em seu livro, e direto e objetivo, questiona a atuação da política agrária no Brasil, a organização dos trabalhadores rurais.

Questiona a Amazônia e os problemas com os índios até a Morte do Ecologista Chico Mendes.

Faltou questionar a atualidade, a conjuntura atual sobre o MST, o autor procurou um aprofundamento maior nas questões históricas.

Movimentos Sociais no Campo

Angela Duarte Damaceno Ferreira

A autora coloca muito bem a questão agrária no Paraná, relata sobre o 1º Congresso dos trabalhadores rurais, questiona o êxodo rural, os movimentos sociais no Paraná.

Dá uma contribuição importante ao MST e o seu surgimento.

Estabelece um diálogo direto e objetivo com os problemas no campo.

Os autores não aprofundaram a questão histórica, poderiam Ter aprofundado mais sobre o Sudoeste do Paraná, na questão de 1957.

Conhecendo um pouco da história da luta pela terra no Brasil

“Trabalhador, sem terra não é vagabundo. É vítima de leis e estruturas injustas que o exploram e o forçam a ficar sem terra. O agricultor sem terra quer trabalhar e produzir alimentos para si e sua família e riqueza para a nação”. (Trecho de um documento aprovado em uma concentração de 400 agricultores sem-terra, em Medianeira, Paraná, 1981).

A luta pela terra não é nova na História do Brasil. Durante o período colonial e imperial, os indígenas tiveram de defender suas terras, invadidas pelos colonizadores e bandeirantes (e, até hoje, muitos grupos indígenas continuam lutando para demarcar suas terras). Da mesma forma, os negros uniram-se na luta pela posse da terra, formando os quilombos. No final do século XIX e início do século XX, surgiram movimentos camponeses e messiânicos, como Canudos (no sertão da Bahia) e Contestado (entre o Paraná e Santa Catarina). Entre 1950 e 1964, surgiram no Nordeste as Ligas Camponesas, além de outras agremiações de lavradores e trabalhadores agrícolas em vários pontos do país, que desapareceram após a repressão dos governos militares.(golpe militar de 1964).

A partir de 1979, com o processo de redemocratização do país, surgiu uma nova forma de luta dos trabalhadores rurais, as ocupações de terras improdutivas sendo organizadas por dezenas e centenas de famílias. As primeiras ocupações aconteceram nas glebas de Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta, RS, em 1979; na fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, SC, em 1980; em São Paulo. Na luta dos posseiros da Fazenda Primavera de Andradina, Castilho e Nova Independência, sendo seguido em muitas outras áreas e em diferentes estados do Brasil.

No Paraná, em julho de 1981 foi criado o Mastro – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná, para reivindicar o acesso à terra perante o governo e o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Essa luta começou com pequenos

agricultores cujas terras foram inundadas pelo grande lago formado pela barragem de Itaipú, organizaram-se em um movimento, inicialmente para conseguir indenizações justas para sua terras, que estavam sendo desapropriadas. No decorrer desta luta, percebe-se que havia muita gente sem terra, de outras regiões do estado, daí a necessidade de organizar um movimento.

Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e da organização conquistada nessas ocupações foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em um encontro realizado em Cascavel, Paraná, em 1984. O MST visa três grandes objetivos: **a posse da terra para os que nela trabalharam, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Quer o fim dos latifúndios improdutivos, uma política agrícola que atenda ao pequeno agricultor, a manutenção dos agricultores na própria região e o respeito pelas terras indígenas, também ameaçadas pelos latifundiários.**

O MST está organizando em 22 estados do país. Em 12 anos de existência, onde quase 140 mil famílias já conquistaram o direito a terra. Em todo o país, vários outros grupos de instituições também vem lutando por objetivos semelhantes aos do MST, especialmente grupos indígenas, alguns dos quais já conseguiram obter as demarcações de suas terras onde vivem e trabalham de forma cooperativa.

Com a Constituição em vigor as terras devolutas são transferidas para os estados, colocando-os nas mãos das oligarquias regionais, ficando para cada estado fazer a sua política de distribuição de terras.

No final do século XIX, começo do século XX, na presidência de Campos Sales, que se inaugura a chamada “Política dos governadores”, ocorrendo uma troca de favores entre os governadores estaduais e o governo central. Os governos estaduais, apoiados pelos Coronéis. Após a crise do café que veio após a crise de 1929. Após o fim Segunda Guerra Mundial o Brasil promoveu um desenvolvimento industrial a partir de 1955, sendo que com esta política levou a erradicação dos cafezais no Brasil(1962 a 1967), isso significou a maciça expulsão dos colonos do campo, deslocando-se para os bairros mais pobres das cidades, passando a serem chamados de trabalhadores volantes ou Bóia-frias.

Após 1945 com a queda da ditadura de Vargas os Coronéis são abrigados no PSD (Partido Social Democrático), devido a restauração da mecânica eleitoral, perdendo a sua força política.

Percebemos que o período, onde mais ocorreram organizações e lutas pela posse da terra foi entre 1950 a 1967, com o golpe militar de 64 os movimentos sociais no campo foram

aos poucos sendo derrotados pelos militares. Somente reaparecendo após a redemocratização por volta de 1980.

Aula 1 - A questão Agrária no Brasil

Levantar os problemas envolvendo a questão agrária no Brasil atual, levar os alunos a obterem uma visão mais ampla da matéria., devido ao problema da fragmentação resolvi iniciar o meu trabalho partindo do descobrimento do Brasil.

Para que o aluno fique bem informado iremos construir uma linha do tempo com fatos que marcaram a época..

Por envolver um assunto muito amplo e muito polêmico será necessário para desenvolver este trabalho a leitura de vários livros que relatem a realidade do campo envolvendo problemas ligados a questão agrária do Brasil.

Quando nossos educandos tem uma visão ampla de todo o processo de Reforma Agrária o trabalho desenvolvido em sala de aula e não ficando fragmentado, poderei aprofundar muito mais o tema, levando eles a obterem um pensamento histórico crítico envolvendo os problemas sociais no campo.

Com o objetivo de levantar a questão agrária e o seus problemas, envolvendo todos os alunos no processo de reforma agrária, fazendo com que eles iniciem um processo de aquisição de um pensamento histórico, levando-os a tomarem uma posição frente ao assunto.

Criar um pensamento histórico entre os nossos alunos não é uma tarefa fácil, para esta tarefa empregaremos muitas técnicas tais como: o emprego de vídeos, uso de transparências, trabalho com documentos antigos, gráficos, artigos de jornais e charges.

Levar os nossos educandos a uma profunda reflexão sobre a questão fundiária no Brasil é fundamental, pois a visão deles está muito fragmentada. Dar uma visão ampla e geral dos conflitos no campo, contribuirá muito para a formação do pensamento histórico e da construção da cidadania...Levantar todo o problema da luta no campo desde o início da colonização até os dias de hoje, criando desta forma uma visão de que o problema da luta no campo não é de hoje, faz muito tempo que ela existe.

Darei início aos trabalhos com uma aula espositiva envolvendo todo os alunos no processo de reforma agrária , ocorrido no Brasil, desde o descobrimento até os dias atuais, onde pretendo levar duas horas aulas para desenvolver esta atividade.

Minha aula terá início com a questão do tratado de tordesilhas, com o auxílio de uma transparência, onde irei relatar que a partir do tratado de Tordesilhas as terras do novo mundo foram divididas entre as duas coroas, O Rei de Portugal e O Rei da Espanha, porém esqueceram que as terras já possuíam donos os Índios? Já estarei levantando um grave problema com esta questão.

Em uma outra transparência irei citar um pouco da Carta de Pero Vaz de Caminha onde fala da terra, para melhor situar nossos alunos.

“Senhor, posto que, o capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta vossa terra nova”

Logo em seguida uma outra transparência sobre as capitânicas hereditárias, onde o aluno poderá observar todo o processo de distribuição de terras, ou seja a divisão em grandes lotes, as chamadas Capitânicas Hereditárias.

.Aproveitando a matéria irei abordar as Sesmarias, sendo a única forma pela qual poderia chegar a posse da terra, durante o período colonial. como era distribuída a terra , quais eram os critérios para distribuição das terras, trabalho com a lei de Terras de 1850.

.Agora distribuirei a Lei de Terras de 1850, para trabalhar com documentos da época. Levantar toda uma problemática sobre a Lei de Terras.

- Transparências sobre as datas envolvendo as leis sobre a Terra
- 1963 levar os alunos a entender sobre os movimentos sociais no campo e a política de reformas de base do governo Goulart.
- 1964 – sobre o Estatuto da Terra.

No período quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco ou índia, estava excluído da herança. Os mestiços entraram para o rol dos agregados da fazenda e foram excluídos do direito de propriedade. A única forma de aquisição de terras no Brasil Colônia eram as Sesmarias. O futuro Sesmeiro ocupava antes a terra, abria a sua fazenda e só assim estava credenciado para obter a terra e a legitimação da sesmaria. O emprego útil da terra era a base da legitimação. Para tal ocupação existiam os agregado que efetivavam a posse em nome do fazendeiro, situação que não foi modificada com a lei de terras em 1850.

No caso do fazendeiro encontrar em sua sesmaria posseiros instalados com suas raças e ranchos, dependia dele aceitar a sua presença como agregados ou simplesmente aplicar a Lei de Terras.(ver lei de terras)

Com a independência não representou um colapso para as relações coloniais. O camponês era portanto, duplamente excluído: da compra da terra e da compra de escravos, e foram empregado na abertura de novas fazendas, na derrubada da mata, preparo da terra, até com um a função de polícia desta forma dando início a cultura do café.

Apesar de toda a exploração as primeiras lutas surgiram no final do Império e início da República, Canudos na Bahia (1893-1897 e a do do Contestado entre o Paraná e Santa Catarina (1912-1916), todos vencidos pelas forças públicas, com o apoio dos coronéis..

Dois fatos marcaram a vida dos camponeses no Brasil foi a libertação dos escravos em 1888 e a transferência das terras devolutas do patrimônio da união para o patrimônio dos estados. Já neste período as classes dominantes tomaram providência de ordem, legal para encaminhar o processo de substituição do escravo em prejuízo para a economia da grande lavoura, ficando proibidos as aquisições de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra.. As elites já estavam controlando os governos provinciais.

A lei de terras transformava as terras devolutas em monopólio do estado, controlado por parte classe de grandes fazendeiros. O esquema era fácil de entender, primeiro você trabalha arduamente acumula capital e depois compra a sua terra.

1ª transparência

Com esta transparência pretendo demonstrar aos alunos que a divisão em duas partes do mundo, mesmo antes de ser descoberto (1494), feita entre os Reis da Espanha e de Portugal dividiram desta maneira o novo mundo em apenas duas coroas.

Fica claro que neste tratado não foi levado em conta a existência de qualquer outra civilização no novo mundo. Este tratado foi assinado entre Portugal e Espanha a 07 de junho de 1494, ele representava uma inovação na relação entre nações cristã, introduzida novos critérios de autoridade e arbítrio para a conquista de causar conflitos com outros países europeus.

2ª Transparência

A divisão do Brasil em Capitâneas hereditárias

Esta foi a fórmula encontrada pela coroa portuguesa para iniciar a colonização, foi a doação em sistema de capitâneas hereditárias. Lembrar que a coroa portuguesa estava falida.

A divisão em grandes lotes de terras que foram doadas para os fidalgos, estes donatários possuíam amplos poderes administrativos e econômicos, o donatário poderia exercer a justiça na sua faixa de terras, recebia partes dos impostos recolhidos. A ele cabia também a distribuição de terras em forma de sesmarias, no início era distribuída somente para cristãos, sendo que mais tarde ocorreu uma mudança na lei podendo ser distribuída para outras pessoas não cristãs, aprofundar a questão das Sesmarias.

3ª Transparência

Com esta transparência pretendo trabalhar com os alunos a linha do tempo, onde pretendo iniciar pelo tratado de Tordesilhas chegando até o ano de 1998.

Para trabalhar com esta linha do tempo vou empregar as transparências 1,2 e 3, para levar o aluno a melhor compreender cada etapa.

Aprofundarei a questão entre 1822 a 1850 em que o Brasil ficou sem uma lei agrária, logo após a independência foram suspensas todas as leis que regulamentaram a distribuição de terras no Brasil.

Com esta transparência, vou separar o Brasil por etapas sendo a primeira de 1494 a 1822, onde todas as leis eram aplicadas aqui pelos portugueses, chamado de Período Brasil Colônia.

De 1822 a 1850 período em que o Brasil fica sem qualquer lei que regulamentava a distribuição de terras.

Entre 1850 a 1964 período em que o Brasil aplica as leis de terras de 18 de setembro de 1850.

Período de 1964 até os dias de hoje período em que está em vigor desde o dia 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra.

4ª Transparência

Principais leis sobre a terra

1500 1530 1808 1822 1850 1889 1964 1998

1530 – Divisão em Capitânicas hereditárias

1530 - 1822 – Predominou a distribuição das terras pelas sesmarias

1808 – 1822 – A partir de 1808 até 1822 os estrangeiros poderiam adquirir sesmarias. Decreto de 25 de novembro de 1808.

1822 – 1850 – Não existiu uma lei específica sobre a terra

1850 – Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850,

foi criada a lei de terras que em seu artigo 1º proíbe a distribuição de terras devolutas, somente podendo ser adquirida pela compra.

1964 – Surge dentro da Ditadura militar o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

5ª Transparência

Principais movimentos dos trabalhadores Sem Terra no Brasil

1500 1930 1955 1957 1961 1964 1964 1967 1998.

1930 – Crise do café, com a crise muitos produtores destruíram suas plantações, desempregando muitos trabalhadores ligado a produção cafeeira.

1930 – 1940 – Surgimento do Cangaço e dos movimentos messiânicos.

1950 – Organização dos trabalhadores rurais (surge as ligas camponesas).

1955 – Chicão organiza o sindicato dos trabalhadores Sem Terra

1957 – A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná.

1961 – Goulart assume o governo, as ligas camponesas são transformadas em sindicatos.

1963 – A igreja e o partido comunista iniciaram uma luta para controlar o movimento no campo.

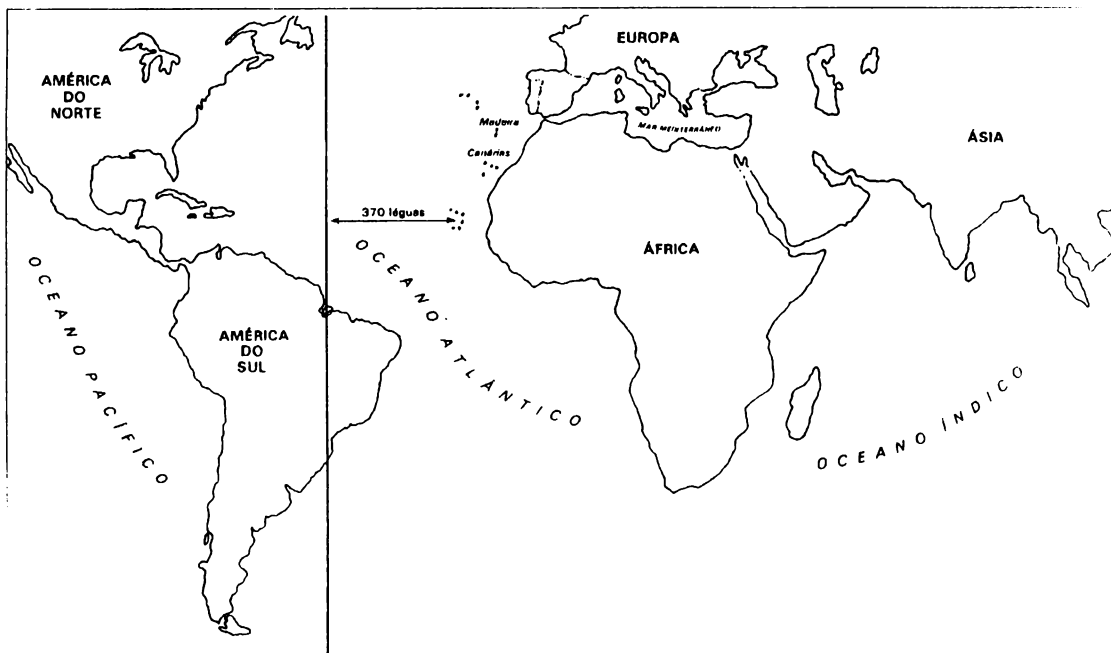
1964 – Com o golpe militar de 64, um dos objetivos dos militares foi impedir a reforma agrária.

1967 – As ligas camponesas foram vencidas após a repressão militar, pondo fim ao movimento campo.

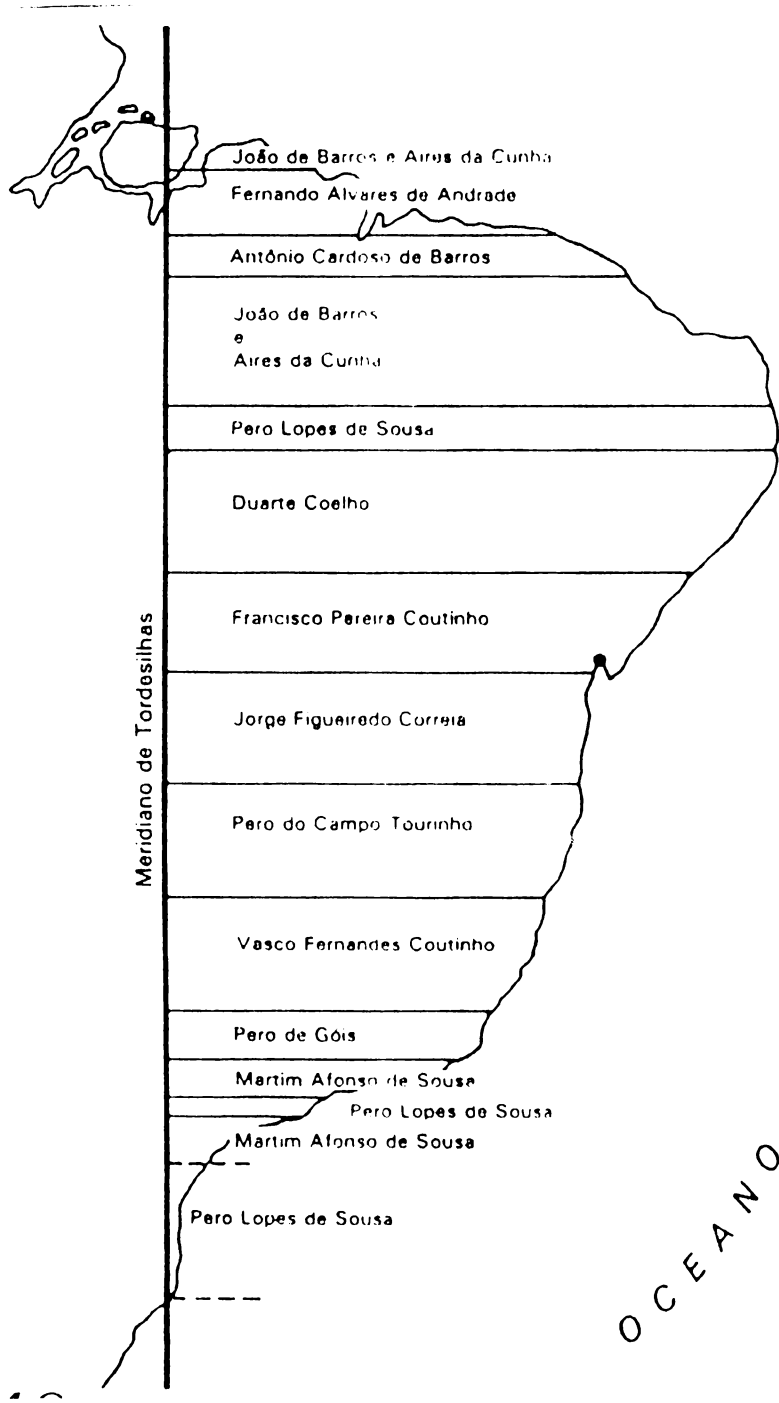
Transparência – 03

***“Senhor, posto que o, capitão – Mor desta Vossa frota,
e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a
notícia do achamento desta Vossa Terra”***

Trecho da carta Pero Vaz de Caminha



As terras a oeste da linha de Tordesilhas (à esquerda, no mapa) pertenciam à Espanha.
E as terras a leste (à direita, no mapa), pertenciam a Portugal.



João de Barros e Aires da Cunha

Fernando Álvares de Andrade

Antônio Cardoso de Barros

João de Barros
e
Aires da Cunha

Pero Lopes de Sousa

Duarte Coelho

Francisco Pereira Coutinho

Jorge Figueiredo Correia

Pero do Campo Tourinho

Vasco Fernandes Coutinho

Pero de Góis

Martim Afonso de Sousa

Pero Lopes de Sousa

Martim Afonso de Sousa

Pero Lopes de Sousa

Meridiano de Tordesilhas

OCEANO ATLANTICO

Atividades

- 1) Agrupar os alunos em grupos no máximo cinco alunos:
- 2) Distribuir uma cópia da lei de terras, lei número 601 de 18 de setembro de 1850, uma cópia do capítulo III da constituição Federal de 1988.
- 3) Cada grupo deverá ler a lei de terras
 - 1) Como era possível adquirir a terra após a lei entrar em vigor? (Lei de Terras)
 - 2) Qual foi a contribuição da lei de terras para a formação dos latifúndios no Brasil?
 - 3) Qual era a possibilidade dos pequenos agricultores adquirirem a posse da terra?

Agora leia a constituição federal, capítulo III, da política agrícola e fundiária e responda.

- 1) Como é definido o planejamento da política agrícola segundo a constituição de 1988.
- 2) Agora defina o que é função social do imóvel rural?, segundo a constituição de 1988.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- I - parcelamento ou edificação compulsórios;
- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º. Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

§ 3º. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função so-

cial, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º. As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º. O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º. Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º. O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º. São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

- IV - a assistência técnica e extensão rural;
- V - o seguro agrícola;
- VI - o cooperativismo;
- VII - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII - a habitação para o trabalhador rural.
- § 1º. Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.
- § 2º. Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º. Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependam de autorização do Congresso Nacional.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tomando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da co-

letividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

- I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurada às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;
- II - a autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador;

III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central e demais instituições financeiras públicas e privadas:

- V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º. A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º. Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

§ 3º. As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações diretas ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano: a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

DJKOS 26 1%

seu rendimento a benefício do comum, em cujo território forem situadas.

Para obviar o desaproveitamento das coutadas, e herdades, que em prejuízo da agricultura se deixarem exclusivamente para pastos, proíbe-se a todo o que não for lavrador, ou não tiver a lavoura, ou não servir lavrador em ministério relativo à economia rural, o ter ou conservar gados.

Aqueles que, passados três meses depois da publicação desta Lei, conservarem gados sem dar principio a lavoura e sementeira de herdades, sendo estação para isso própria, e, não o sendo, darem caução sufficiente de assim o fazerem em tempo competente, marcando logo a herdade, que pretendem cultivar, devem perder esses gados a benefício do comum, onde isto acontecer (salvo o terço para o acusador havendo-o) que não poderá contudo despêdê-lo sem especial mandado Real, senão em obras de fortalezas e reparos desses lugares.

E para que venha esta Lei à noticia de todos, ordeno Se registrará nos Livros da Mesa do Desembargador do Paço, Casa da Suplicação, e Porto, e nos das Relações dos Estados da Índia, e aonde se meliante leis se costumam registrar. E esta própria se lançará na Torre do Tombo. Dado em Lisboa, aos 26 de junho de 1375.

Com a rubrica de Sua Magestade.

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808

Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil.

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residen-

tes no Brasil se possam conceder dadas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargos de quaisquer leis ou disposições em contrario. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1808.

Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

N. 76 — REINO. — RESOLUÇÃO DE CONSULTA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO DE 17 DE JULHO DE 1822

Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléa Geral Constituinte.

Foi ouvida a Mesa do Desembargo do Paço sobre o requerimento em que Manoel José dos Reis pede ser conservado na posse das terras em que vive há mais de 20 anos com a sua numerosa familia de filhos e netos, não sendo jamais as ditas terras comprehendidas na medição de algumas sesmarias que se tenha concedido posteriormente.

Responde o Procurador da Coroa e Fazenda: Não é competente este meio. Deve portanto instaurar o supplicante novo requerimento pedindo por sesmarias as terras de que trata, e de que se acha de posse; e assim se deve concluir.

Parece à Mesa o mesmo que ao Desembargador Procurador da Coroa e Fazenda, com quem se conforma. Mas V. A. Real Resolverá o que houver por bem. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1822.

Resolução

Fique o supplicante na posse das terras que tem cultivado e suspendam-se todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembléa Geral, Con-

tuinte e Legislativa. Paço, 17 de julho de 1822.

Com o rubrica de S. A. Real o Principe Regente.

José Bonifácio de Andrada e Silva

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPÉRIO DO BRASIL

— Jurada a 25 de março de 1824

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

XXII — É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle previamente indenizado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única excepção, e dará as regras para se determinar a indenização.

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacifica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam ellas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para

o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizada o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos; Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2.º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubarem matos, ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitórias, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre hereus confinantes.

Parágrafo único. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delitos põem todo o cuidado em processá-los e puni-los, e farão efetiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligência a multa de 50\$000 a 200\$000.

Art. 3.º São terras devolutas:

§ 1.º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2.º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por ses-

(1) Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30-1-1854.

marias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3.º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4.º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4.º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou de quem o represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5.º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por occupação primária, ou havidas do primário occupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo possessor ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1.º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, comprehendêr, além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver o possessor, outro tanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, tanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

§ 2.º As posses em circunstâncias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em comisso ou revalidadas por esta Lei, só darão direito à indenização pelas benfeitorias.

Excetua-se desta regra o caso de verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hipoteses: 1.º, o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionários e os posseiros; 2.º, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco anos; 3.º, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 anos.

§ 3.º Dada a exceção do parágrafo antecedente, os posseiros gozarão do favor que lhes assegura o § 1.º, competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionário ficar com o terreno que sobejar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se também posseiro para entrar em rateio igual com eles.

§ 4.º Os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais freguesias, municípios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a prática actual, enquanto por lei não se dispuser o contrário.

Art. 6.º Não se haverá por princípio de cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos e outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efetiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.

Art. 7.º O Governo marcará os prazos dentro dos quais deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, atendendo às circunstâncias de cada Província, comarca e município, e podendo prorrogar os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que comprehenda todos os

posseiros da mesma Província, comarca e município, onde a prorrogação convier.

Art. 8.º Os possuidores que deixarem de proceder à medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados caídos em comisso, e perderão por isso o direito que tenham a ser preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da presente Lei, conservando-o somente para serem mantidos na posse do terreno que occuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculco.

Art. 9.º Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder à medição das terras devolutas, respeitando-se no ato da medição os limites das concessões e posses que se acharem nas circunstâncias dos arts. 4.º e 5.º

Qualquer opposição que haja da parte dos possuidores não impedirá a medição; mas, ultimada esta, se continuará vista aos oponentes para deduzirem seus embargos em termo breve.

As questões judiciárias entre os mesmos possuidores não impedirão tampouco as diligências tendentes à execução da presente Lei.

Art. 10. O Governo proverá o modo pratico de extremar o dominio publico do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução as autoridades que julgar mais convenientes, ou a commissários especiais, os quais procederão administrativamente, fazendo decidir por árbitros as questões e dvidas de fato, e dando de suas próprias decisões recurso para o Presidente da Província, do qual o haverá também para o Governo.

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem elles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem aliená-los por qualquer modo.

Estes títulos serão passados pelas Repartições provinciais que o Governo designar, pagando-se 3\$000 de direitos de Chancelaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 300 braças por lado, e outro tanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$000 de feiço, sem mais emolumentos ou selo.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1.º, para a colonização dos indígenas; 2.º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e para quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; 3.º, para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas áqueles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexactas.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública, ou fora della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta à venda, guardadas as regras seguintes:

§ 1.º A medição e divisão serão feitas, quando o permitirem as circunstâncias locais, por linhas que corram de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em ângulos retos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente.

§ 2.º Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço mínimo, fixado antecipadamente e pago à vista, de meio real, um real, real e meio, e dois réis, por braça

quadrada, segundo for a qualidade e o foram os da colônia do S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos ditos na Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem: tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contíguas, com tanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las.

Art. 16. As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos ônus seguintes:

§ 1º. Ceder o terreno preciso para estradas públicas de uma povoação a outra, ou algum porto de embarque, salvo o direito de indenização das benfeitorias e do terreno ocupado.

§ 2º. Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensável para saírem a uma estrada pública, povoação ou porto de embarque, e com indenização quando lhes for proveitosa por encurtamento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3º. Consentir a tirada de águas desaproveitadas e a passagem delas, precedendo a indenização das benfeitorias e terreno ocupado.

§ 4º. Sujeitar às disposições das leis respectivas quaisquer minas que se descobrirem nas mesmas terras.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem à sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados, querendo, depois de dois

anos de residência pela forma por que o foram os da colônia do S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos ditos na Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem: tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são aplicáveis as disposições do artigo antecedente.

Art. 19. O produto dos direitos de Chancelaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14, será exclusivamente aplicado: 1º, à ulterior medição das terras devolutas, e 2º, à importação de colonos livres, conforme o artigo precedente.

Art. 20. Enquanto o referido produto não for suficiente para as despesas a que é destinado, o Governo exigirá anualmente os créditos necessários para as mesmas despesas, às quais applicará desde já as sobras que existirem dos créditos anteriormente dados a favor da colonização, e mais a soma de 200.000\$000.

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessário regulamento, uma Repartição especial que se denominará — Repartição Geral das Terras Públicas — e será encarregada de dirigir a medição, divisação e descrição das terras devolutas e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira.

Art. 22. O Governo fica autorizado igualmente a impor, nos regulamentos que fizer para a execução da presente

Lei, penas de prisão até três meses, e de multa até 200\$000.

Art. 23. Ficam derogadas todas as disposições em contrário. Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos 18 dias do mês de setembro de 1850, 29ª da Independência e do Império.

Imperador com rubrica e guarda.

Visconde de Mont'algre.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que houve por bem sancionar, sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonizações.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

João Gonçalves de Araujo a fez.

Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara.

Selada na Chancelaria do Império em 20 de setembro de 1850.

Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850 — *José de Paiva Magalhães Calveet.*

Registrada a fl. 57 do Liv. 1º de atos legislativos — Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 2 de outubro de 1850 — *Bernardo José de Castro.*

DECRETO Nº 1.318, DE 30 DE JANEIRO DE 1854

Manda executar a Lei n.º 601, de 18 de Setembro de 1850.

Em virtude das autorizações concedidas pela Lei n.º 601, de 18 de setem-

bro de 1850, Hei por bem que, para execução da mesma Lei, se observe o Regulamento que com este baixa, assinado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em trinta de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, trigésimo terceiro da Independência e do Império. Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Couto Ferras

REGULAMENTO PARA

EXECUÇÃO DA LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850, A QUE SE REFERE O DECRETO DESTA DATA.

CAPITULO I

Da Repartição Geral das Terras Públicas

Art. 1º. A Repartição Geral das Terras Públicas, criada pela Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, fica subordinada ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, e constará de um Diretor-Geral das Terras Públicas. Chefe da Repartição, e de um Fiscal.

A Secretaria se comporá de um Oficial Maior, dois Officiaes, quatro Amanuenses, um Porteiro, e um Continuo.

Um Oficial e um Amanuense serão hábeis em desenho topográfico, podendo ser tirados dentre os Officiaes do Corpo de Engenheiros, ou do Estado Maior de 1ª Classe.

Art. 2º. Todos estes Empregados serão nomeados por Decreto Imperial, exceto os Amanuenses, Porteiro, e Continuo, que serão por Portaria do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império; e terão os vencimentos seguintes:

Aula 2 - Êxodo rural

Esta aula tem por objetivos levar os educandos a uma visão mais ampla do processo ocorrido a partir da década de 70, chamado êxodo rural

Para melhor compreender tal fenômeno deverá ser trabalhado em forma de transparência vários e vários gráficos, levando os educandos a entenderem o processo do êxodo rural.

Durante toda a aula irei procurar envolver os alunos dos problemas causados pelo êxodo rural nas cidades, condições de vida das pessoas que deslocam-se do campo para a cidade, levantando toda uma problemática de infra estrutura social.

As razões desses intensos movimentos populacionais é que a economia brasileira vem conhecendo profundas modificações nestas últimas décadas.

O capitalismo é um sistema sócio econômico onde predominam as empresas particulares e a busca do lucro sem precedentes..

O avanço do capitalismo produz a mecanização do campo ocorrendo o desemprego para os trabalhadores “sem exceção” pois as máquinas fazem o trabalho de vários homens, levando os camponeses ao empobrecimento em função da expansão das grandes propriedades rurais em prejuízo das pequenas, que não possuem tratores, colheitadeiras, empréstimos bancários em boas condições. Tudo isso levando as famílias do campo a saírem em busca de empregos e moradias nas cidades. Esta é a razão básica, estrutural , das migrações rurais-urbanas.

Transparência 01

1 – Influência da pressão demográfica sobre os recursos, neste caso a pequena propriedade não dá para sustentar o crescimento da família, muitas vezes a morte dos pais

leva a divisão das terras entre os filhos, neste caso saem do campo em busca de uma situação melhor.

2 – Ilusão de uma vida melhor: divulgada pela televisão contribuí para o fenômeno do êxodo rural.

3 - Pressão Econômica e até física (uso da violência) dos grandes proprietários sobre os pequenos com o objetivo de comprar as suas terras.

4 – Falta de uma política agrícola voltada aos pequenos proprietários por parte dos governos federal e estadual e municipal.

Quem migra do campo para a cidade normalmente ou é pequeno proprietário rural ou trabalhador sem terra. No primeiro caso ele vende ou é obrigado a vender o seu sítio para o grande fazendeiro.

Transparência 02

O objetivo desta transparência é levar os alunos a compreenderem melhor os movimentos populacionais, sendo que a transparência terá início no ano de 1920 a 1995.

A linha vermelha e a população rural a linha verde a população urbana, fica claro ai a decadência da população rural e o aumento da população urbana ao longo dos anos.

Transparência 03

Nesta transparência os alunos Terão os dados em milhões dos habitantes e o percentual, sendo entre os anos de 1950 a 1991.

O objetivo aqui é demonstrar a eles o percentual de pessoas no campo e na cidade, podendo desta forma o aluno estabelecer uma relação, entre o número de habitantes no campo e na cidade.

Transparência 04

Ao exibir esta transparência os alunos terão uma visão total do território nacional e as regiões de influência urbana no Brasil.

Esta transparência permitirá trabalhar com: mapas e legendas.

Deve ficar claro para os alunos as metrópole e a sua região de influência ou seja a atração dos trabalhadores rurais para a cidade.

Ao trabalhar a lâmina deve ficar claro que existe uma diferença entre metrópole nacional e metrópole regional, para perceber esta diferença deve ser explorado a legenda.

Transparência 5

Ao exibir esta transparência os alunos terão a oportunidade de observar onde existe o maior número de famílias sem terras.

Observar que a maior concentração de famílias estão na região sul, parte do Mato Grosso do Sul e São Paulo, onde existe o maior número de conflitos.

Esta transparência permite uma visão ampla de todo Brasil, além de um trabalho com mapas, aproximando nossos alunos da realidade.

Transparência 06

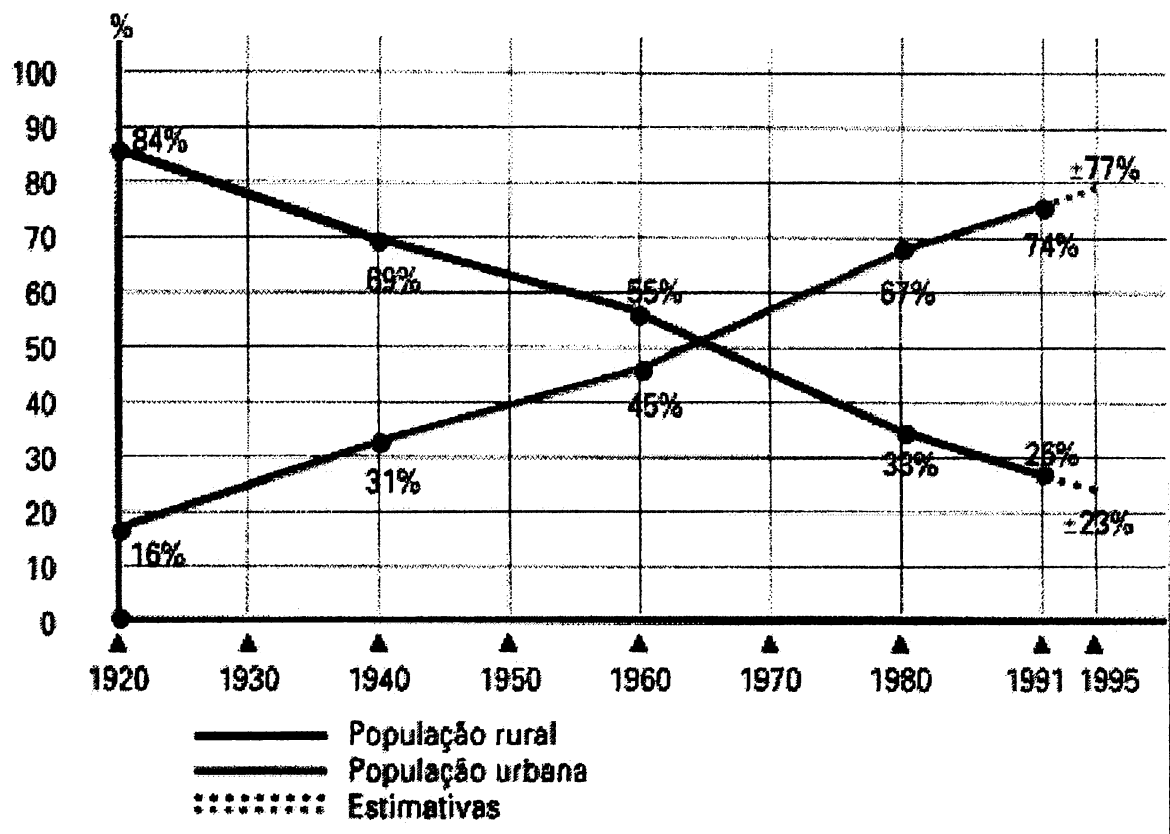
Esta transparência tem por objetivo relatar os conflitos fundiários existentes no Brasil.

O principal objetivo aqui é demonstrar aos alunos que os conflitos de terra estão em todo o território nacional, divididos por regiões, dando a todos uma visão geral, das principais regiões que foi dividida em 3 (três) grandes regiões, Amazônia, Nordeste e Centro Sul.

Atividades

Para esta atividade empregaremos o mapa Regiões de influência urbana no Brasil

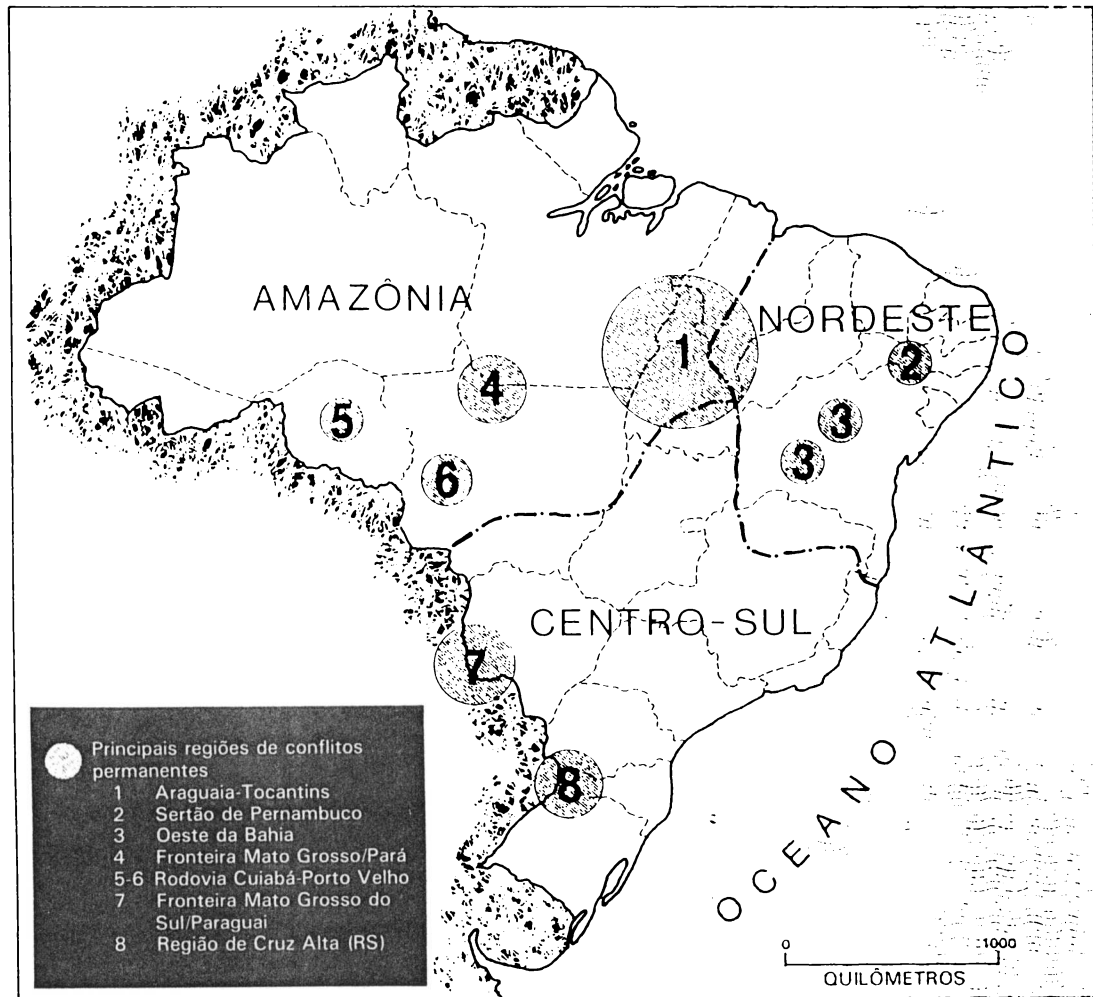
- 1) Distribuir os mapas regiões de influência urbana no Brasil para todos os alunos
- 2) Observar cuidadosamente os limites hipotéticos da influência de cada metrópole.
- 3) Pinte cada região hipotética com uma cor diferente
- 4) Faça um pequeno círculo nas metrópoles nacionais, observe a legenda a esquerda do mapa.
- 5) Procure estabelecer uma relação entre a atração das metrópoles e o êxodo rural, procure citar cinco fatores que atraem as pessoas do interior para as metrópoles.



ANOS	URBANA		RURAL		TOTAL (milhões)
	<i>nº de hab.</i> (milhões)	% sobre o total	<i>nº de hab.</i> (milhões)	% sobre o total	
1950	18,7	36	33,2	64	51,9
1960	31,3	45	38,7	55	70
1970	52,1	56	41,1	44	93,2
1980	80,5	67	38,6	33	119,1
1991	108,1	74	38	26	146,1

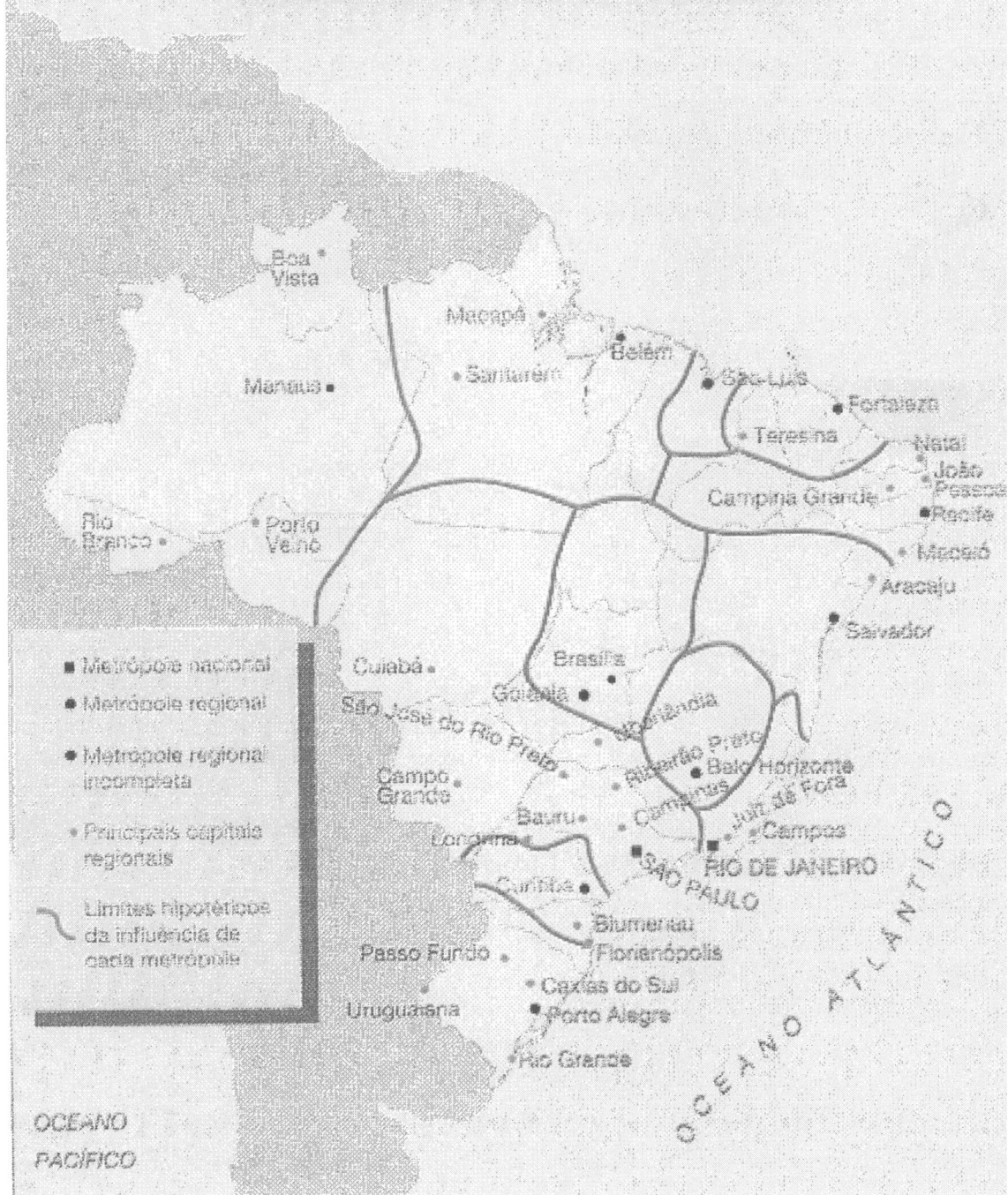
Fonte: IBGE — Recenseamentos gerais do Brasil.

OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO BRASIL



Fonte: THÉRY, H. *Brésil, un atlas chorématique* Paris, Fayard/Reclus, 1986.

REGIÕES DE INFLUÊNCIA URBANA NO BRASIL



Aula 3 – trabalhando com charge

A caricatura muitas vezes é considerada uma forma menor de expressão artística . Um gênero ligado à divisão; sob o patrocínio da indústria cultural, com um valor limitado contexto histórico de sua produção.

Na história da arte, a caricatura desempenha um papel importante. Ela representou um dos primeiros momentos da busca de uma expressão econômica puramente profissional, um tipo de imagem sem referência direta aspectos “naturalistas”.

A charge foi um verdadeiro laboratório no desenvolvimento dos efeitos de composição da imagem.

O surgimento da caricatura, já no século XVI, representou a busca de uma imagem que não fosse regradada pela categoria “semelhança” e sim pela categoria “equivalência” (Gombrich 1981).

A caricatura apresenta a busca de traços e semelhanças expressivas, geralmente críticas, visual que não será impossível esquecer.

A caricatura pode ser um instrumento de rebeldia simbólica, e seu uso político que apoia-se sobre o carácter de “equivalência”.

A caricatura expõe, como nem uma outra imagem, fraqueza, incoerência e contradições das personagens.

Para que a crítica se realize, socialmente falando, é fundamental que o seu público consumidor saiba decodificar as linhas expressivas que formam a imagem, e que apontam para uma referência na realidade.

Logo quando trabalhamos com caricatura devemos saber qual é o público alvo que ela vai atingir, qual o veículo a divulgar, o professor deve tentar mapear.

Os traços básicos de uma caricatura são:

Permanentes e transitórias – caracteriza a emoção – caracteriza o personagem.

Com a aproximação dos dois traços é possível mapear como o autor da caricatura acompanha as vicissitudes históricas dos seus personagens.

O elemento humorístico da imagem caricatural, não deve iludir o analista quanto a profundidade no tratamento dos temas . Por razões a caricatura tem sido uma grande inimiga dos poderes e valores institucionalizados. Através das caricaturas é possível ler não só o acontecimento de uma época mas os tensões ruscitadas pelos valores e idéias dominantes.

O humor tem uma função de código, para que a mensagem seja assimilada pelo leitor. Na caricatura, o humor em seus diversos matizes, é constituinte da expressão, e não simplesmente de um recurso a mais que o autor tem para expressar.

Ao estabelecer “equivalência”, sob a forma de uma imagem caricatural aponta para outras possibilidades de leitura de personagens e acontecimentos históricos.

O objetivo aqui proposto e demonstrar aos alunos a crítica feita pelos cartunistas sobre a questão agrária, levantando sempre o problema que já é rotina em todos os jornais e revistas, sempre com uma pitada de humor e com uma realidade impressionante.(uso escolar do documento Histórico, caderno de ensino e metodologia nº 2 – UFPR)

Charge 1

O autor estabelece uma relação entre uma ferramenta de trabalho e o êxodo rural, iniciando uma crítica a enxada, instrumento de trabalho e a cidade inchada e parada.

Charge 2

O autor da charge aqui faz uma crítica a justiça que é sega e manda desocupar uma propriedade ocupada, ao emitir o termo de reintegração de posse.

Charge 3

Nesta charge o autor procurou explorar e muito bem a questão da Proteção da Propriedade Privada, retratando a violência no campo dentro de uma realidade incrível, crucificando os trabalhadores sem terra.

Charge 4

O cartunista faz a crítica ao Presidente envolvendo o MST, sobre a situação da violência no campo.

Charge 5

Sobre a questão agrária todos terão direito a terra, logo após o massacre no Pará, onde mais de 30 trabalhadores sem terra foram mortos pela polícia, e fazendeiros, sendo que a justiça ainda indiciou os culpados.

Charge 6

Esta crítica feita ao presidente sobre sua campanha, sua mão, onde o cartunista aproveita o dedo da segurança para criticar a ação do presidente envolvendo os trabalhadores Sem Terra, esta charge foi retirada da revista Manchete .

Com esta atividade pretendo trabalhar com jornais, revistas, levando os nossos a pesquisar e trabalhar com charge, levar ele a fazer uma análise dos diferentes charges, propiciando aos educandos uma maior ligação com a mídia.

Nesta atividade os alunos devem vivenciar trabalho da mídia, interpretando diferentes charge de vários jornais, levando-os ao contato direto com a mídia.

Iniciar uma atividade diferente em sala de aula, nesta atividade deverá Ter recebido instruções da importância das charge no processo histórico.

Atividades

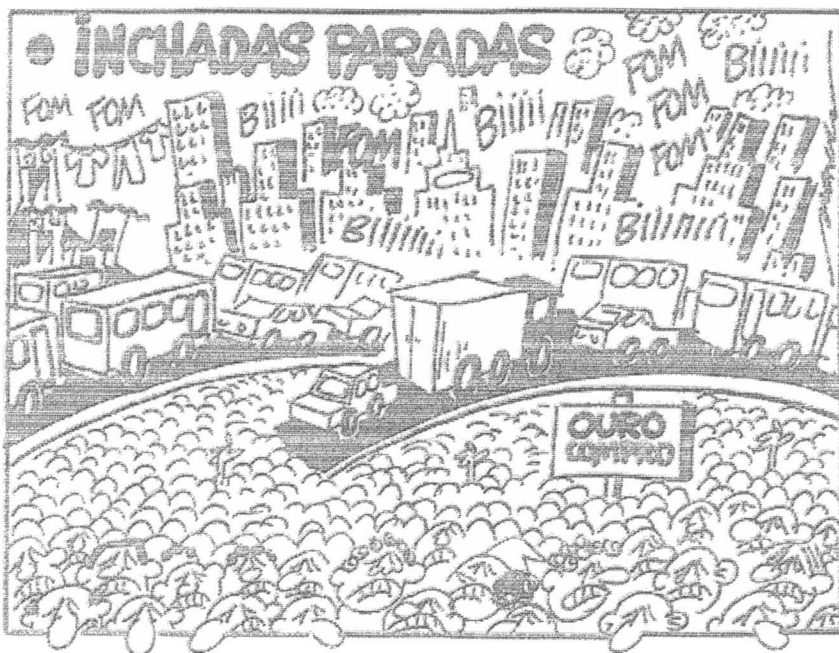
dividir os alunos em grupos de no máximo cinco alunos.

Distribuir a cada grupo uma charge para que eles discutam entre o grupo sobre o que aquela charge esta representando..

Peça aos alunos para elaborarem um texto sobre a charge que foi distribuída para o grupo.

Ao final dos trabalhos os alunos devem apresentar a charge e ler o texto para toda a turma.

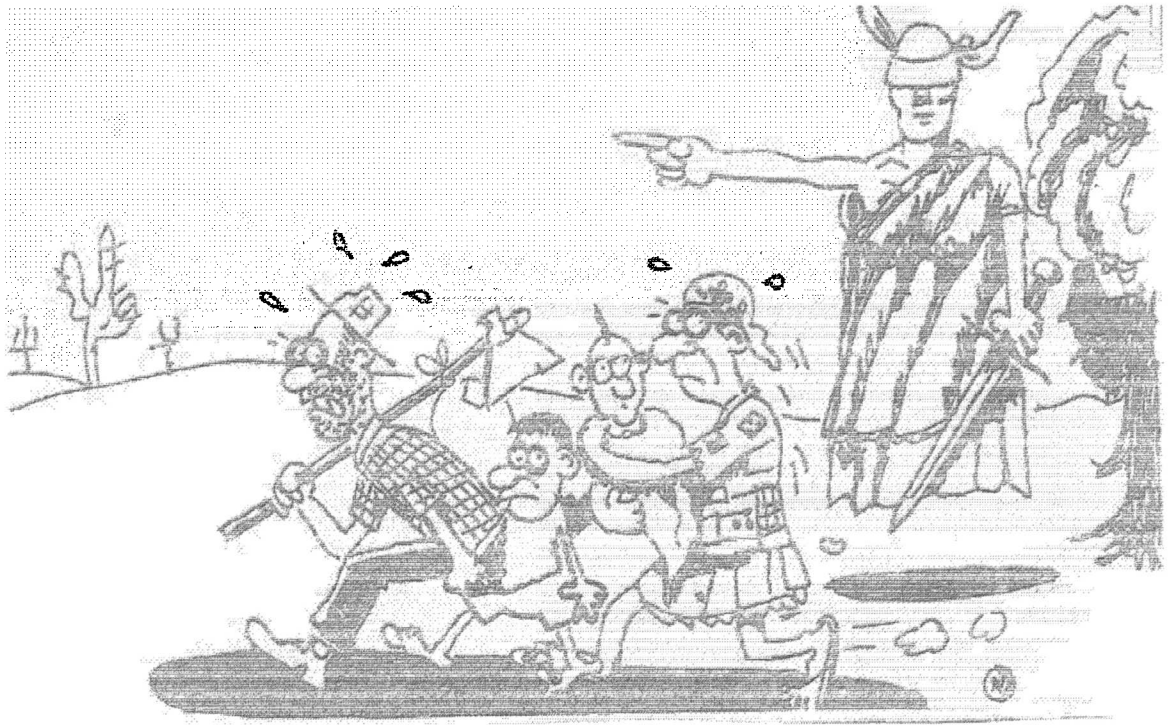
Após a tarefa concluída escolha um local de bastante circulação de alunos e cole os trabalhos, para que outros alunos tomem conhecimento do trabalho. É muito importante colocar em cada trabalho o nome dos alunos .



O autor desta é Márcio Baraldi, chargista, colaborador de vários jornais e revistas, dentre os quais *Globo Ciência* e *Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*; neste último foi publicada esta charge.



O DEDU DA SEGURANÇA



A propriedade
é sagrada e
inviolável...



...por isso temos
que punir exem-
plarmente os
invasores!



"Sempre trabalhei como uma negra."

Carmen Stayrink Veiga, socialista

**"A violência que existe
no campo e nas cidades
é intolerável."**

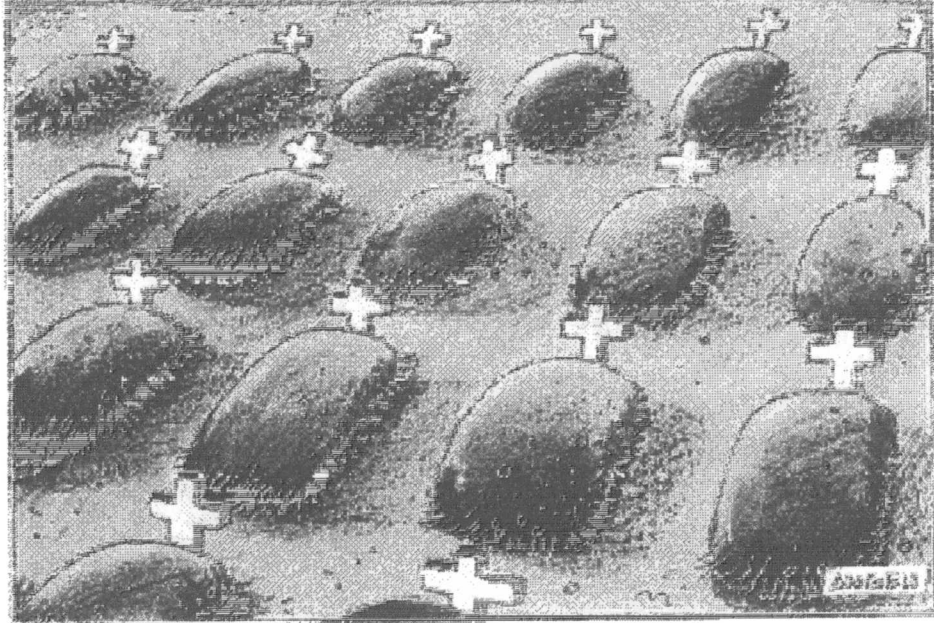
*Alain Touraine, sociólogo francês,
depois de encontrar com o colega e amigo FHC*

Imagens fabulosas



**No flagrante, o momento exato
em que o príncipe virava sapo**

ENFIM, TERRA PARA TODOS!



Aula 5 - trabalhando com artigos de jornais

Esta técnica permite ao professor colocar seus alunos diretamente em contato com a leitura de jornais ampliando desta forma seus conhecimentos sobre a questão agrária no Brasil, permitindo a eles tomarem conhecimento do problema no seu Município no Estado e no Brasil.

Nesse trabalho o aluno deve procurar identificar as diferentes tendências de cada jornal e do autor de cada matéria em ou reportagem. Esta atividade deve ser dada aos alunos, com duas semanas de antecedência.

Pedir para que eles iniciem uma pesquisa em jornais e revistas sobre a matéria e iniciem o trabalho de ir separando as matérias que mais eles gostaram ou que mais chamou a sua atenção.

Os alunos devem sublinhar aquilo que mais chamou a atenção e aquelas palavras que ele não entendeu.

Ele deve elaborar uma síntese da matéria escolhida por ele, procurando identificar a atuação daquele jornal ou mesmo revista.

Cada artigo escolhido por ele deve ser colado em uma folha de papel sulfite A4 contendo as seguintes questões:

Qual é o nome no jornal ou revista;

Qual foi o autor do texto ou matéria;

Que público ele quer atingir;

Na sua opinião jornal ou revista esta contra ou a favor a reforma agrária no Brasil.

Dados importantes:

Cada trabalho deverá conter;

Nome da Escola;

Trabalho;

desenvolvendo, incentivando desta maneira o trabalho feito em sala de aula e empregando técnicas diferenciadas.

Atividades

Esta atividade vai ser desenvolvida em grupos de no máximo cinco alunos.

Distribuir a reportagem “Quem diria...da folha variedades” para cada grupo, pedir que façam uma leitura em equipe, discutindo entre o grupo, sendo que cada aluno deve Ter um posicionamento contra ou a favor da matéria.

Agora divida a sala em dois grandes blocos um dos contra e um dos que estão a favor da matéria.

Deverá ser dada a oportunidade para que cada um coloque na sala de aula sua opinião, acontecendo desta forma um amplo debate sobre a matéria.

VAREDADES

LEILÃO

Um cartaz de "Casablanca" foi arrematado por 78 mil dólares, em leilão da Sotheby's, famoso filipe, com Humphrey Bogart e Ingrid Bergman foi comprado por um colecionador britânico, Andrew Cohen.

GENTE

QUEM DIRIA...

Depois de posar nua, sem-terra vira artista de TV

Sônia Apolinário
Agência Estado

A ex-militante do Movimento Sem-Terra (MST) Débora Rodrigues, 29 anos, que posou para a revista Playboy, pode vir a comandar um programa de TV. Amanhã, ela se reúne com um diretor de uma emissora paulista, mas não quis dar mais detalhes. Semana passada, Débora gravou uma participação na novela "A Indomada".

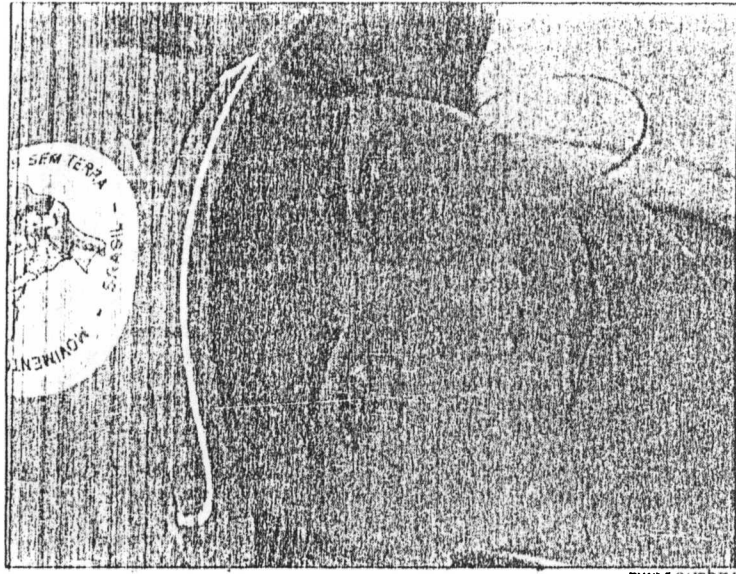
Ela será vista no último capítulo, que irá ao ar dia 10. Fará uma nova prostituta do "bordel-de Zenilda (Renata Sorrah)". As outras "camélias" serão Andrea Oliveira, Fábila Taffarel e as gêmeas Renata, Lillian

e Marilise - todas já posaram nuas para revistas masculinas.

Apesar de menos experiente que suas colegas, Débora ficou descontraída diante das câmeras. "A história mostra meninas bonitas e bem tratadas", observou. "Infelizmente, essa não é a realidade da maioria dos lugares do gênero que existem pelo país onde até menores são exploradas".

Débora já acertou outros trabalhos como modelo. Fará o comercial de um clube aquático e fotos para um calendário.

"Mas é com roupa, não é desses de borracheiro, não", ressaltou. Ela disse que, com as novas pessoas que está conhecendo, vem tentando "conseguir coisas" para distribuir nos acampamentos do MST.



Débora Rodrigues: a estrela sobe

Aula 6 - Conhecendo aspectos da estrutura agrária do Paraná

Para que os alunos possam compreender a luta pela terra no Paraná, é preciso que tenham acesso a informações sobre como está organizada a propriedade da terra no estado.

Para isso, selecionamos alguns dados que serão apresentados em tabelas, gráficos e uma charge que, juntamente com textos e discussões já propostos no material de História, devem possibilitar que os alunos percebam:

A desigualdade na divisão das terras: uma pequena quantidade de pessoas é proprietária de mais da metade das terras no campo, enquanto uma grande quantidade de pessoas não as possui;

o aumento da concentração das grandes propriedades nas mãos de poucos a partir da década de 70;

a existência de latifúndios, muitas vezes improdutivos, e de milhares de trabalhadores sem nenhuma terra;

a existência de êxodo rural relacionado, entre outros motivos, à concentração das terras nas mãos de poucos proprietários.

Para produzir a questão, apresente aos alunos a charge “Enxadas paradas/inchadas paradas” de Márcio Baraldi (ficha 1), que mostra a relação entre o latifúndio improdutivo e a degradação das condições de vida no meio urbano, com o “inchamento” das cidades (Mário Baraldi é chargista colaborador de vários jornais e revistas, dentre os quais Globo Ciência e Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde foi publicada a charge dessa ficha).

Esclareça aos alunos que as populações que migram do campo para a cidade não devem ser responsabilizadas por essa degradação, mas sim a ausência de políticas urbanas adequadas (habitação, emprego, educação, saúde) para atender a população da cidade e,

Ciência e Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde foi publicada a charge dessa ficha).

Esclareça aos alunos que as populações que migram do campo para a cidade não devem ser responsabilizadas por essa degradação, mas sim a ausência de políticas urbanas adequadas (habitação, emprego, educação, saúde) para atender a população da cidade e, também, a falta de políticas agrárias que possibilitem a permanência da população no meio rural.

Organize a classe em grupos para discutir as questões da ficha 1, registrando as anotações no caderno. Com certeza você terá alguns alunos que apenas descrevam o desenho visto na charge; outros descrevem os desenhos, percebem em cada um deles um significado mas não estabelecem relação entre eles; outros, ainda, relacionam os desenhos, vendo neles causa e consequência, além de “arriscar” algumas hipóteses explicativas. É fundamental acompanhar o trabalho dos grupos para estimulá-los a pensar mais, a olhar detidamente o material, a tecer comentários consistentes.

Terminando, solicite aos grupos que apresentem os resultados da discussão para a classe, retomando quando perceber que um grupo não explorou de maneira adequada o material.

A tabela “Paraná”: evolução da população urbana e rural, 1970, 1980, 1991”, reproduzida no verso da ficha 1, fornece dados da população urbana e rural no estado, complementando elementos mostrados na charge através de outra linguagem, a numérica; permite aos alunos confrontar as hipóteses que levantaram ao interpretar a charge e reforçar a compreensão do conceito de êxodo rural, também trabalhando nas aulas de geografia.

Evolução da população urbana e rural, Paraná, 1970, 1980, 1991

População	1970		1980		1991	
	Número	%	Número	%	Número	%
Urbana	2.504.378	36,1	4.472.561	58,6	6.197.953	73,4
Rural	4.425.490	63,9	3.156.831	41,4	2.250.953	26,6
Total	6.929.868	100,00	7.629.392	100,0	8.448.906	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991: características gerais de população e instrução; resultados da amostra. v.22 (Paraná)

Lembre-os de que já analisaram um tabela proposta no volume inicial, que mostrava os registros de nascimentos tardios, a população residente e o nível de renda da população

dos estados de Maranhão, São Paulo e Paraná. Como você fez naquela oportunidade, comente o título da tabela, as informações que ela fornece e esclarece de onde foram retirados os dados. Aproveite para retornar o significado da sigla IBGE, já trabalhando naquele momento. Depois faça com eles a leitura da tabela:

identificação inicialmente os dados das linhas, para acompanhar a evolução da população urbana e rural em tempos diferentes e perceber o aumento da população urbana e a diminuição da população rural;

Identificando em seguida os dados da coluna, para comparar a população urbana e rural numa determinada época e perceber onde havia maior ou menor quantidade de população: no campo ou na cidade;

Comparando as colunas referentes aos anos de 1970, 1980 e 1991, para perceber mudanças na evolução da população da cidade e do campo, constatadas a partir do Censo de 1980.

Em seguida, organize a classe em grupos e solicite que respondam as questões da ficha. Fique atento aos alunos que têm dificuldades, elaborando perguntas que encaminhem para as formas mais complexas de pensamento (reflexivo e não apenas descritivo). É possível que alguns alunos apenas elaborem uma frase curta, de constatação; outros podem comparar os dados da tabela, verificando que as populações da cidade e do campo são diferentes nos tempos mencionados; outros ainda podem perceber claramente, análise da tabela, o fenômeno do êxodo rural, mesmo sem conhecer esse conceito. O primeiro caso preocupa mais: você precisa dedicar sua atenção a esses alunos, estimulando-os com perguntas que conduzam a conclusões mais elaboradas. Além disso, você pode replanejar a atividade, apresentando inicialmente aos alunos com maior dificuldade a ficha A, que traz um gráfico com a mesma informação da tabela, em uma linguagem já utilizada por eles nas aulas de Matemática.

Discuta com eles, verificando como estão compreendendo as informações.

Solicite que façam as atividades propostas na ficha A (frente). Em seguida, peça para refazerem a análise da tabela da ficha 1.

A ficha A (verso) traz uma atividade que pode ser realizada pelos alunos mais adiantados, enquanto você dá atenção especial aos que estão com dificuldade.

Terminando o trabalho com as fichas, solicite aos grupos que apresentem para a classe suas respostas e aproveite para registrar os diferentes níveis de elaboração, pois esses dados são fundamentais para você acompanhar o crescimento dos alunos.

A ficha individual 2 apresenta informações sobre a evolução da estrutura fundiária do Estado do Paraná, através de duas tabelas: “Distribuição de estabelecimentos rurais, 1970-1985” e “Área total dos estabelecimentos rurais, 1970-1985”, que mostram uma das razões do êxodo rural: a concentração da maioria das terras em mãos de poucos proprietários.

Com objetivos didáticos, agrupamos os dados do IBGE apresentados em duas tabelas sobre a estrutura fundiária do Paraná, da seguinte forma: estabelecimentos com até 50 hectares e acima de 50 hectares. Além disso, as informações sobre quantidade e área foram desmembradas em duas tabelas, segundo aos anos 1970 e 1985.

Para facilitar a leitura e compreensão, os dados estão apresentados em duas tabelas, devendo ser relacionados para se tornar significativos. Essa ficha deve ser trabalhada em aula coletiva, para que você explore com os alunos a relação entre as tabelas. Para isso, reproduza-as na lousa ou em um cartaz. Ao planejar essa aula, converse com o professor de Matemática e verifique se os alunos compreenderam bem os conceitos da área, hectare e porcentagem, trabalhados nessa disciplina. Solicite ajuda desse professor, se você perceber a necessidade de reforçar esses conceitos.

Distribua a ficha 2 aos alunos e deixe que, individualmente, se familiarizem com a tabela, com os números que ali aparecem e com a forma como estão organizados. Peça que leiam o título e arrisquem hipótese sobre que dados eles trazem.

Dê algumas informações necessárias para compreender e interpretar a tabela.

Esclareça, por exemplo, o que é um estabelecimento rural e que nas propriedades de mais 50 hectares estão incluídas as médias e grandes propriedades. Retome os conceitos de área, hectare e porcentagem, bem como os sinais e abreviaturas usados para representá-los.

Dirija então, a leitura da tabela 1, sugerindo as seguintes perguntas.

Em relação à quantidade de estabelecimentos rurais, de acordo com o Censo do IBGE:

Diminuição do número de estabelecimentos rurais de até 50 hectares e da área de terra que ocupavam (redução de pequena propriedade), enquanto nesse mesmo período aumentaram os estabelecimentos rurais acima de 50 hectares, aumentando a área ocupada pelas médias e grandes propriedades;

em outros termos, pelos dados de 1985, 89,2% das propriedades ocupavam apenas 31,1% das terras, enquanto apenas 10,8% ocupavam 68,9% das terras no Paraná.

Esses dados mostram a perda da terra por parte de muitos pequenos proprietários e o crescimento do número e do tamanho das grandes propriedades e latifúndios, através da compra das em pequenas. Esse fenômeno é chamado de concentração da propriedade da terra.

Para certificar-se de que os alunos compreenderam essa relação tão complexa, solicite que, em duplas, respondam às perguntas que pedem para relacionar os gráficos (verso da ficha) com as tabelas correspondentes.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido com as tabelas, é provável que os alunos ainda encontrem dificuldade para interpretar os gráficos. Por isso, é fundamental que você observe as duplas, ajudando-as e dando pistas para essa leitura.

Atividades

Distribuir os alunos em grupos de no máximo cinco alunos.

Distribuir para cada grupo a ficha ensinar e aprender para que eles desenvolvam as atividades em grupos.

Recolher as atividades no final da aula

Com o auxílio e uma transparência pretendo aprofundar os conteúdos trabalhados.

Gráfico A

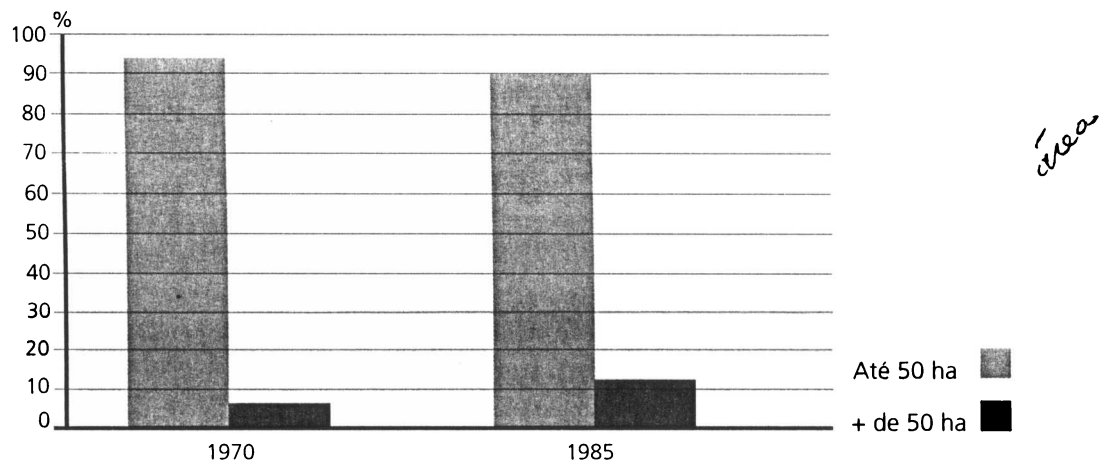
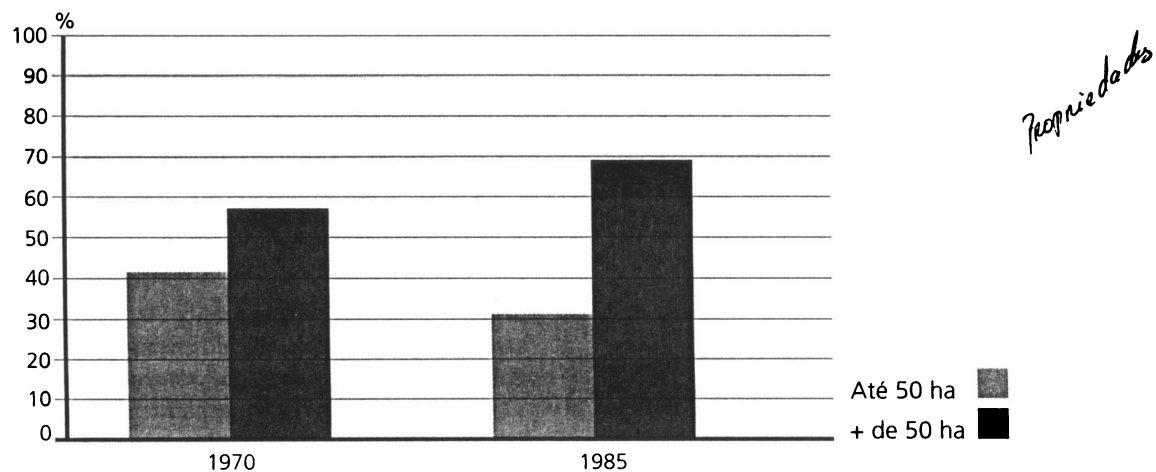
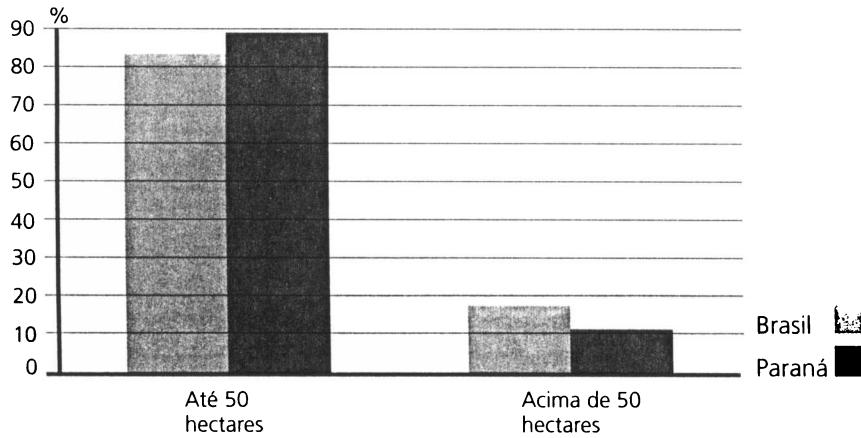


Gráfico B

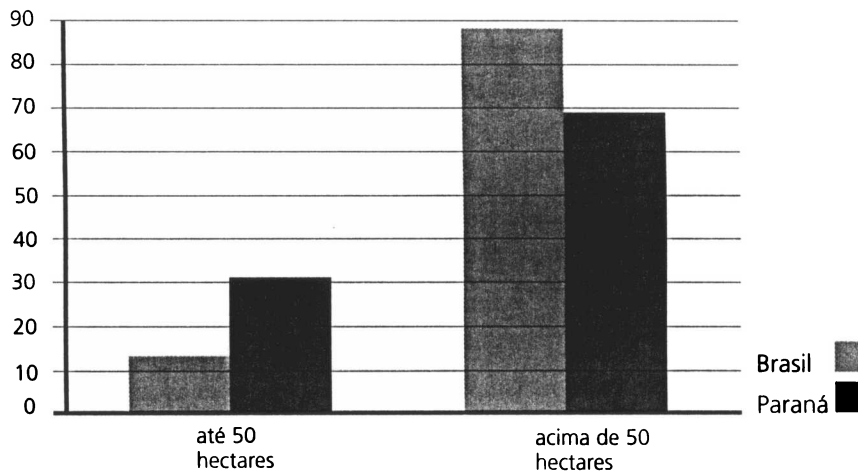


Comparando gráficos sobre a distribuição de terras

Brasil e Paraná: distribuição dos estabelecimentos rurais, 1985



Brasil e Paraná: distribuição dos estabelecimentos rurais segundo a área total ocupada, 1985



Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário*, 1985.

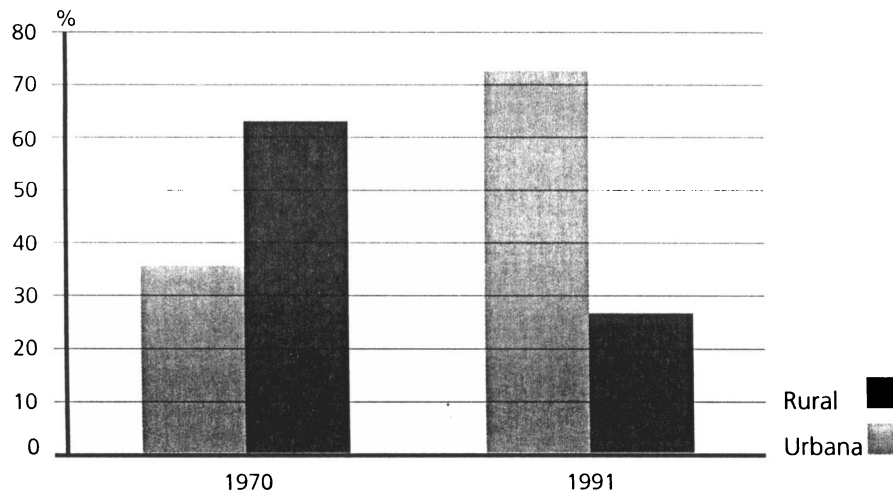
- A distribuição das terras no Paraná é semelhante ou diferente da distribuição das terras no Brasil?
- A concentração de terras em mãos de poucas pessoas é um fenômeno constatado apenas no Paraná ou em todo o país? Por quê?

Trabalho independente

Interpretando gráfico da evolução da população urbana e rural do Paraná

↳ Observe com atenção o gráfico abaixo:

Paraná: evolução da população urbana e rural, 1970-1991



Fonte: IBGE, *Censo 1991: dados preliminares II, apud Paraná, 1995*

Depois de observar, anote em seu caderno:

- o título do gráfico;
- as informações que ele fornece (veja os eixos horizontal e vertical e a legenda);

Agora, copie e complete as frases abaixo no caderno:

- Em 1970,% da população do Paraná vivia no campo e% vivia na cidade.
- Em 1991, a população que vivia no campo era% do total dos habitantes do estado; e a população que vivia na cidade era% do total.

Pense e responda:

- O que aconteceu com a população rural, de 1970 a 1991?
- O que aconteceu com a população urbana nesse mesmo período?

Aula 7 - A Revolta dos Possseiros

Por volta de 1940 surge no Estado do Paraná um outro tipo de bandido, os jagunços empregados pelos grileiros e por alguns políticos para roubar e manter a posse das terras.

Bandidos famosos de outros estados e de algumas regiões de banditismo no Paraná que ajudaram a força política a liquidar camponeses.

O levante dos posseiros do Sudoeste em 1957 conseguiu liquidar com os jagunços da região, aliados dos grileiros, políticos corruptos.

Alguns dos jagunços mais famosos foram o Maringá, Farrapo, Pé de Chumbo, Chapéu de Cobre. O Maringá foi um que jamais o povo sudoestino vai esquecer, responsável pela matança de toda uma família, chegando a espetar com sua adaga uma criança de dois anos.

A região sempre foi palco de muitas disputa a começar pela questão de Palmas ,(disputa entre o Brasil e a Argentina), uma disputa em que o Brasil saiu vitorioso em 1895.

A região permaneceu terra de ninguém, onde aqui moravam desertores das forças públicas do Paraná e de Santa Catarina, negros mulatos, descendentes de escravos, foi palco de muitas disputas entre o governo federal e estadual e companhias multinacionais como a Brazil e Railway Company.

A região já tentou a sua separação tendo os ideais separatistas por volta de 1910 sendo a idéia abortada em 30 de junho de 1916, em 1943 foi criado o estado do Iguazu onde a região quase torna-se independente, desaparecendo esta idéia após 1967 com a criação do AI5.

Todo o problema teve início em 1950 com Citla que reate a titulação das terras que corresponde a quase todo o território do Sudoeste paranaense, espaço inteiramente contestado chegando ao mesmo tempo a região possui 5 danos, a Citla a firma pinho e terras limitadas, o governo do Paraná, a união e os posseiros.

O objetivo aqui proposto é trabalhar com alunos duas horas aulas dentro de uma realidade de uma região que foi palco de muitas violências, muitas disputas envolvendo os trabalhadores rurais conhecidos como posseiros e as Companhias de terras..

Situar os alunos com mapas e transparências levando-o a compreender todo um processo histórico que desencadeou em uma luta armada e que aqui o posseiro venceu o capital pela primeira vez na nossa História.

Irei trabalhar com o vídeo a Revolta do Posseiros e transparências iniciando com o uso de transparência sobre o movimento para que os alunos tenham uma visão mais ampla de todo o processo de lutas pelas terras.

Irei explorar algumas fotografias que serão projetadas com o auxílio do episcópio para explorar o processo de trabalho com fotografias e o vídeo A revolta dos Posseiros.

Atividades

- 1) procure relacionar o passado com o presente procurando evidências do conflito armado em 1957, o que permaneceu e o que mudou.
- 2) Ler um dos livros sobre a revolta dos Posseiros
- 3) Distribuir uma cópia do jornal “banditismo no Paraná” para cada aluno para que eles tenham uma visão de documentos da época.
- 4) Como atividade a ser desenvolvida em casa, pedir para que os alunos elaborem um texto sobre o conflito contando com a participação de pessoas mais velhas.
- 5) Distribuir uma cópia para cada aluno dos pontos básicos para uma Reforma Agrária (Frei Beto – Introdução Política – Pág. 72).

Família Rupp – pagamento em terras

Pinho e Terras – Argentina

1951 – Bento contra PSD

UDN PR – PTB

BENTO SISA

Emaranhado

Sonho da Usina de Celulose

Campanha do Exército

Campanha Estadual 1955

esquema PSD – CITLA

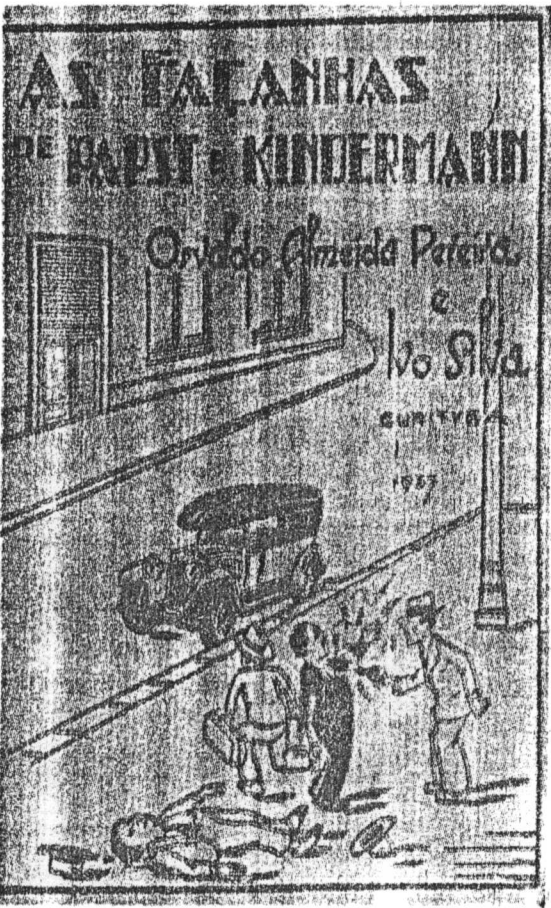
aproximação com Moises

Lupion ganha – anula

Abandonaram o projeto de celulose e venderam a terra

Apoio da Comercial – 21.000 Alq.

E da Apucarana – 6000 alq.



5. Pontos básicos para uma reforma agrária

1. A construção de uma sociedade justa e democrática no Brasil passa necessariamente pela reforma agrária. É preciso quebrar o monopólio da terra e lançar um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura e a economia do país. Só assim, milhões de trabalhadores rurais poderão tornar-se, de fato e de direito, cidadãos brasileiros.
2. Devem ser diretamente beneficiados pela reforma agrária os atuais posseiros, parceiros, minifundiários e trabalhadores sem terra. Precisam-se atingir os 165 milhões de hectares com potencial produtivo e que, atualmente, são mantidos ociosos por seus proprietários. As pequenas e médias propriedades devem ser preservadas e beneficiadas.
3. Devido às diferenças regionais deste país de dimensões continentais, não se pode adotar um mesmo padrão de reforma agrária para todo o Brasil. Não se trata de retalhar indiscriminadamente os latifúndios improdutivos. É preciso levar em conta as reivindicações dos trabalhadores rurais de cada região, adotando unidades produtivas de acordo com as exigências locais: propriedade familiar, multifamiliar, cooperativas etc. Nas terras desapropriadas devem ser assentados preferencialmente os sem-terra da região.
4. O Governo deve cobrar rigorosamente os impostos dos proprietários rurais, revisando o Imposto Territorial Rural e o cadastro rural. É preciso ainda: punir a propriedade ociosa, limitar a extensão da posse da terra, apurar todos os crimes do latifúndio e cercear os privilégios bancários que beneficiam latifundiários e grandes empresas.
5. É preciso desenvolver um novo padrão tecnológico adequado às pequenas e médias propriedades e voltado ao estímulo das policulturas. Deve-se trabalhar com a natureza e não contra ela. A produção agrícola deve explorar a potencialidade de cada ecossistema, mantendo uma relação cuidadosa com o solo, a vegetação e a fauna, protegendo-os e evitando o uso abusivo de agrotóxicos e produtos afins.
6. A produção deve voltar-se prioritariamente ao mercado interno, sem desprezar os excedentes exportáveis. O Estado deve garantir preços compensadores aos pequenos produtores.

A adoção de uma política de distribuição de renda, que permita ao brasileiro consumir o que produz, precisa ser complementada pelo subsídio à alimentação destinada aos setores mais carentes da população (merenda escolar, sacolões, cantinas comunitárias etc.).

7. Através de mecanismos como multas, cortes de créditos, desapropriações, o Governo deve exigir o cumprimento da legislação trabalhista em todo o território nacional. A ação de atravessadores, de agenciadores de mão-de-obra e de todos aqueles que querem monopolizar o abastecimento em determinadas áreas (armazéns, supermercados etc.) deve ser rigorosamente coibida pelo Governo.
8. Facilitar os sistemas de comercialização, garantindo preços mínimos aos pequenos e médios produtores. O Governo deve subsidiar unidades de beneficiamento, armazenamento e transformação dos pequenos e médios produtores. Subsídios e incentivos fiscais aos grandes produtores devem ser cancelados e o Estado não deve mais arcar com a exportação dos produtos que dão prejuízo.
9. Deve-se criar uma política agrícola e um padrão de reforma agrária especiais para o Nordeste e a Amazônia.

DEU NO JORNAL

PF Investiga escravidão em fazenda no Pará

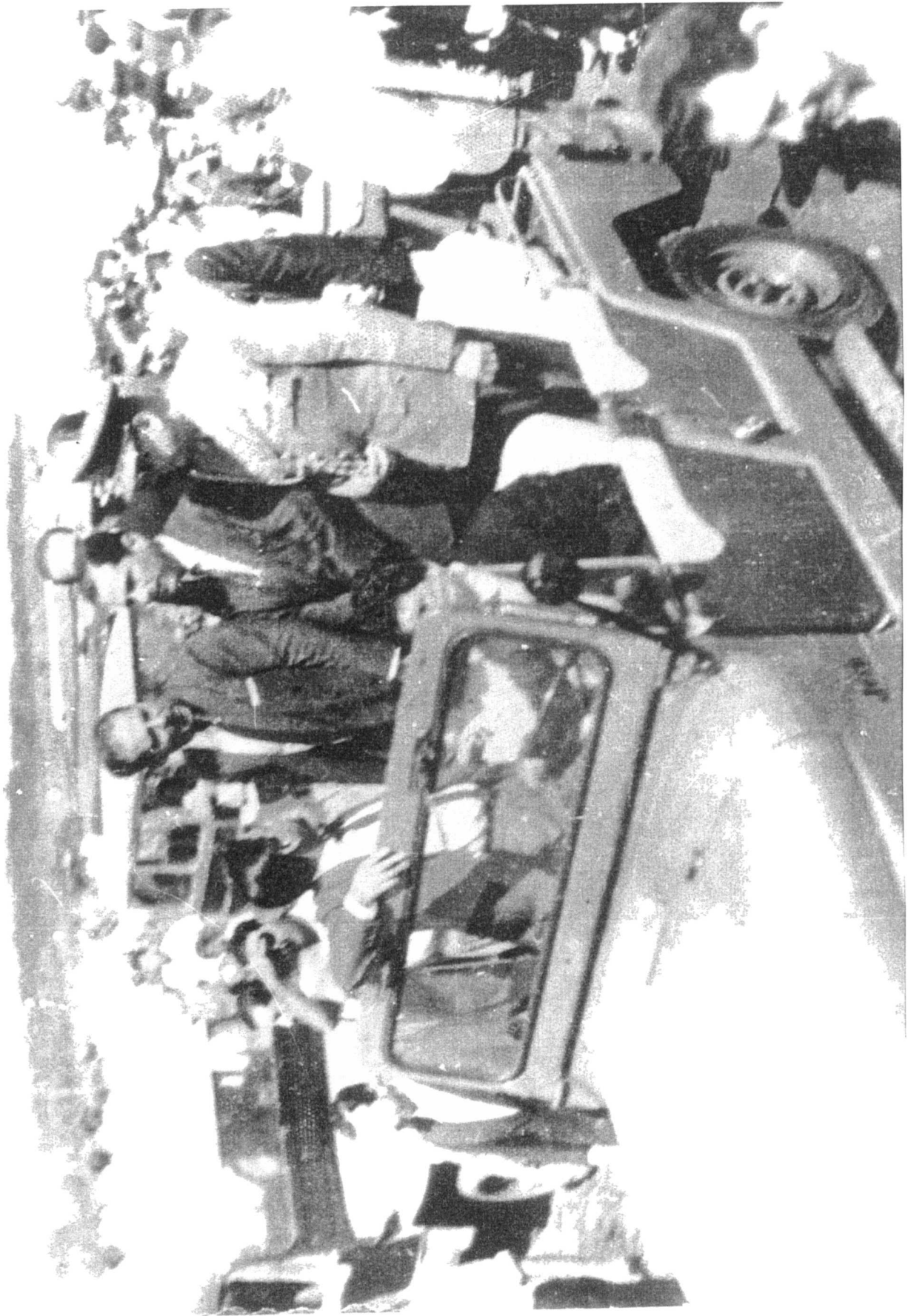
A Superintendência da Polícia Federal (PF) no Pará vai enviar na terça-feira uma equipe de agentes à fazenda Espírito Santo, em Xinguara (942 quilômetros ao sul de Belém), para investigar denúncia de trabalho escravo. A denúncia foi feita anteontem em Belém pelo agricultor José Pereira Ferreira, 17 anos, que disse ter conseguido fugir da área.

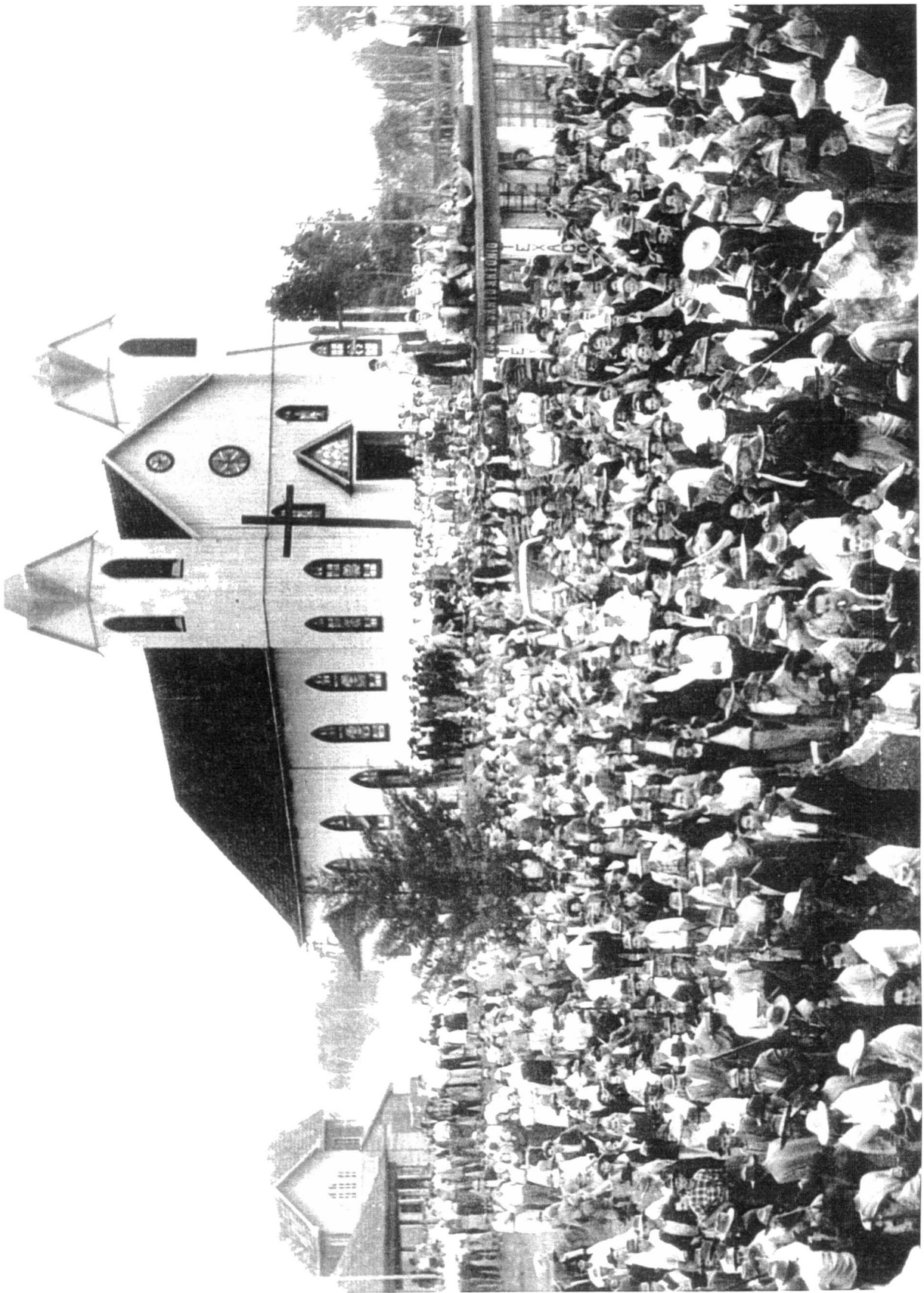
Segundo o depoimento de Ferreira, a fazenda mantém outros 49 trabalhadores rurais em cárcere privado, com práticas de espancamento.

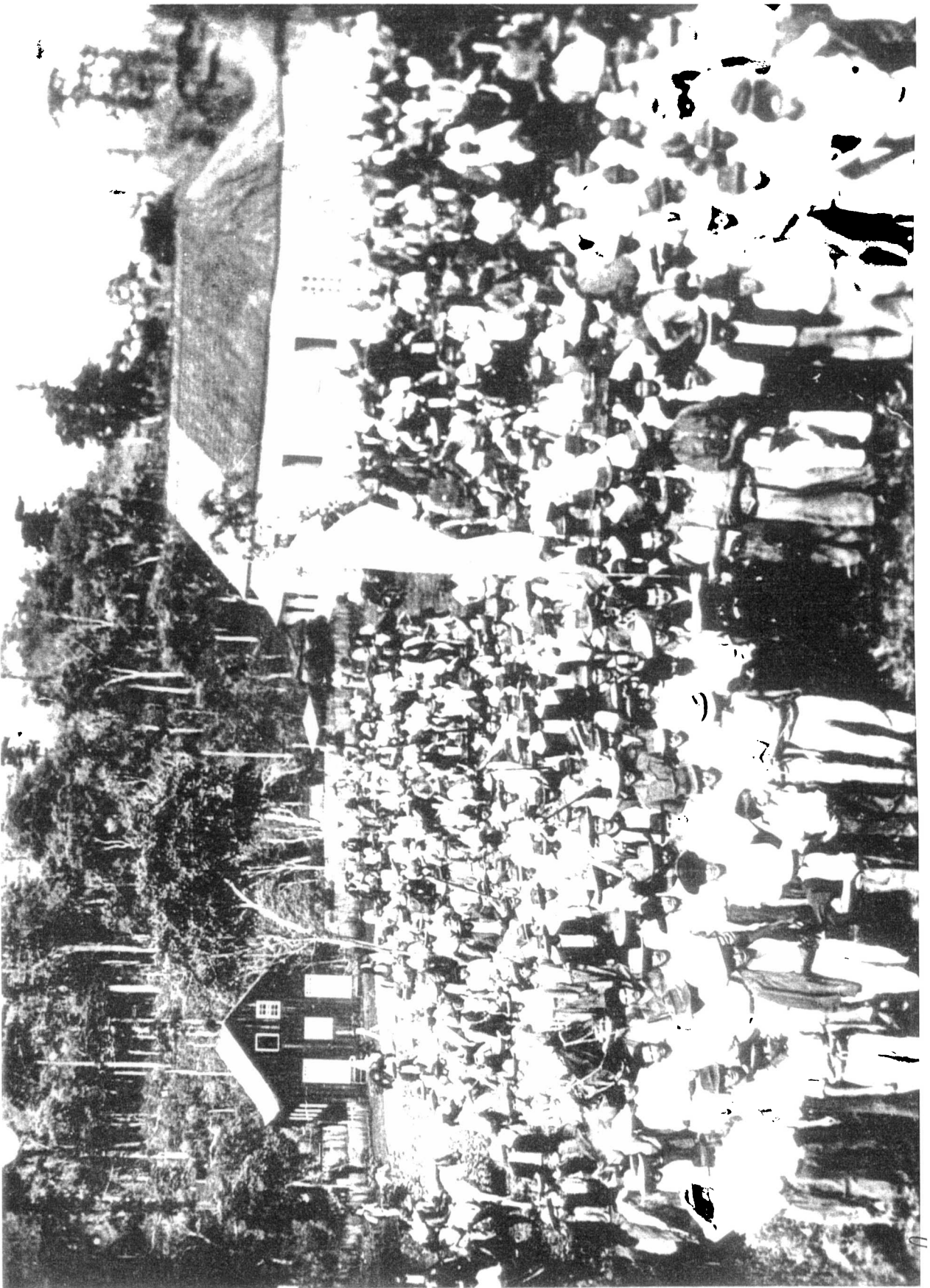
A coordenadora de Comunicação Social da PF em Belém disse não acreditar que a demora no envio dos agentes à fazenda possa contribuir para o escamoteamento da situação. Afirmou que a investigação estava fora do orçamento da PF no Pará e que foi preciso pedir verbas à PF em Brasília. (...)

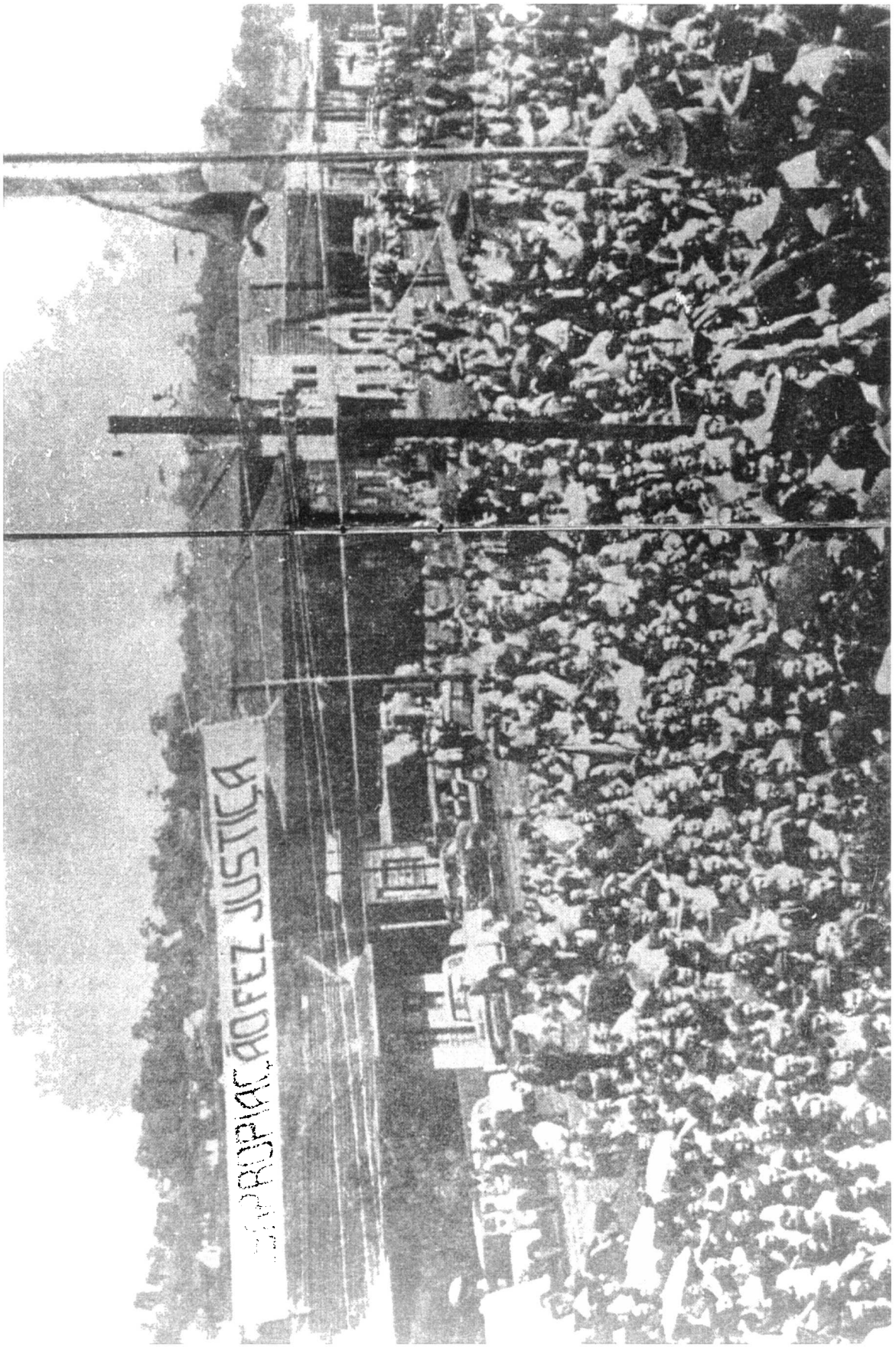
Segundo a Delegacia Regional do Trabalho, há no Pará cerca de 70 fazendas que mantêm regime de escravidão.

Folha de S. Paulo, 22-10-88.









Aula 8 - Vídeo MST e a reforma agrária

Ao assistir o vídeo os educandos terão a oportunidade de vivenciar a organização do movimento, as lutas pela posse de terra, a organização dos latifundiários que lutam para manterem suas posses.

O vídeo fará uma retrospectiva dos movimentos envolvendo trabalhadores sem terras desde a Roma Antiga até os dias atuais no Brasil.

As lutas políticas e a organização dentro do Congresso Nacional, a organização da frente Parlamentar para a agricultura e a sua atuação dentro e fora do governo.

Com este trabalho irei explorar as técnicas áudio visual, onde os alunos terão a oportunidade de assistir ao vídeo o MST e a Reforma Agrária.

Irei explorar os recursos áudio visual pois está presente no nosso dia a dia, desta forma os educandos terão a oportunidade de conhecer toda a organização do movimento e a sua bandeira de luta, por outro lado irão conhecer a forma de organização dos latifundiários e a sua atuação dentro do Congresso Nacional.

Trabalhar com vídeo, é levar algo mais para dentro da sala com o objetivo de mostrar toda uma organização desde a base até a cúpula do movimento.

Mostrar a eles a forma de organização dos latifundiários, sua atuação dentro do Congresso Nacional, como duas ideologias diferentes estão lutando de um lado do MST para conquistar a terra, do outro os latifundiários para manterem as suas propriedades.

Dentro deste o objetivo e retomada do pensamento histórico, mostrar os tipos de reforma agrária que foram adotadas no Brasil.

Levar o aluno a confrontar com os dois lados envolvidos na luta, a do MST e a dos latifundiários.

Iniciarei minha aula explicando como os movimentos estão organizados de ambas as partes.

Em seguida irei passar o vídeo produzido pela TV Cultura, o MST e a Reforma Agrária.

Após o término do vídeo abriremos um amplo debate sobre a questão agrária no Brasil.

Iniciarei minha aula espositiva, explicando a eles sobre a questão agrária no Brasil, citarei exemplos de países que já fizeram a sua reforma agrária e que hoje aparecem despontando no cenário internacional (Os Tigres Asiáticos).

Vou procurar envolvê-los no processo político que envolve a reforma agrária, sobre a atuação dos parlamentares ruralistas, ao final vou elaborar duas questões para serem trabalhadas em sala de aula.

Procurar levantar as possibilidades de ser feita uma ampla reforma agrária no país, citar alguns exemplos, entrar na questão das cooperativas agrárias.

Iniciar um debate sobre a questão política do movimento, envolvendo o congresso Nacional, onde 1/3 é formada pelos chamados ruralistas as frente parlamentares para a agricultura.

O aluno deve vivenciar a contradição entre os dois movimentos, suas formas de organização, suas lutas ao longo dos anos, lutas em todos os sentidos no campo das idéias no campo político e até o conflito armado.

Vivenciar as lutas no campo, entre os que possuem terras e os que não possuem, como as terras foram distribuídas no Brasil, levar os alunos para uma reflexão sobre a reforma agrária nos países europeus e asiáticos.

Ao exibir o vídeo pretendo aprofundar os conteúdos permitindo ao educando uma visão global do assunto, um aprofundamento dentro dos movimentos ou seja de luta pela posse da terra ou pela manutenção de suas propriedades.

Pretendo com estas aulas iniciar junto aos alunos a formação do pensamento histórico, uma reflexão profunda sobre os problemas sociais no campo, suas lutas, sua forma de organização, existência ao projeto de reforma agrária. Levantar a problemática da terra desde o início da colonização com a divisão do Brasil e as sesmarias, uma forma para chegar a posse da terra, que vigorou até 1822.

Ao iniciar a aula, farei um breve histórico sobre o vídeo e já no início levantarei algumas questões, a serem trabalhadas após a sua exibição, logo após o vídeo abriremos para um amplo debate em sala de aula, onde os alunos poderão tirar as suas dúvidas e sua curiosidade. A avaliação será descritiva e envolverá sobre o vídeo.

Pretendo com estas aulas iniciar junto aos alunos a formação do pensamento histórico, uma reflexão profunda sobre os problemas sociais no campo, suas lutas, sua forma de organização, existência ao projeto de reforma agrária. Levantar a problemática da terra desde o início da colonização com a divisão do Brasil e as sesmarias, uma forma para chegar a posse da terra, que vigorou até 1822.

Ao iniciar a aula, farei um breve histórico sobre o vídeo e já no início levantarei algumas questões, a serem trabalhadas após a sua exibição, logo após o vídeo abriremos para um amplo debate em sala de aula, onde os alunos poderão tirar as suas dúvidas e sua curiosidade. A avaliação será descritiva e envolverá sobre o vídeo.

Atividades

1. Elabore um pequeno texto de acordo com a aula:
2. Como estão organizados os trabalhadores Sem Terra?
3. Como estão organizados os ruralistas ou grandes latifundiários?
4. Qual é sua opinião sobre os dois movimentos?
5. Elabore em texto como seria a reforma agrária ideal para o Brasil?

Bibliografia

- 1 - CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no Campo – O latifúndio e a Reforma Agrária.*, Coleções Polêmica. Editora Moderna, 1996.
- 2 - LAZIER, Hermogenes, *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense.* Grafite – Gráfica e Editora Ltda, 2ª edição, Setembro de 1997.
- 3 - AUGUSTO, Arnaldo – *Os comunistas e a Reforma Agrária no Paraná – Editora Novos Rumos Ltda, São Paulo, 1986.*
- 4 - PORTELA, Fernando – *Bernardo Mançano Fernandes, Reforma Agrária, editora Ática, São Paulo, 1993.*
- 5 - AUXILIADORA, Maria – *O uso Escolar do Documento Histórico, caderno de história, ensino e metodologia nº 2, UFPR, 1997.*
- 6 - FERREIRA, Angela Duarte Damaceno, *movimentos Rurais no Paraná, Criar Edições Ltda, 1978-1982.*
- 7 - BONIM, Anamaria Aimoré, Ferreira, Angela Duarte Damaceno, Torrens, João Carlos, Kersten, Marcia Schols de Andrade, *Luta pela Terra e Contradições de um Projeto Comunitário de Vida, Criar Edições Ltda.*
- 8 - CARVALHO, Horácio Martins de, *A estrutura das Classes Sociais no Campo, Criar Edições, outubro de 1987.*
- 9 - _____, *Os Camponeses e a Política no Brasil.*
- 10 - VECENTINI, Fernando Portela José W., *Êxodo Rural e Urbanização, O sonho da Cidade Urbana, Editora Ática.*
- 11 - *Coletânea: Legislação Agrária, Legislação de Registros Públicos, Jurisprudência.*

12 - LAZIER, Hermogenes, Sudoeste do Paraná, Região Jovem, mas Rica de Acontecimentos Coleções Cadernos do Paraná, nº 01, 5ª edição, Janeiro de 1996.

13 – BETO, Frei, Introdução Política Brasileira, Editora Ática S/A, São Paulo, 1991.

Conclusão

Após a leitura de inúmeros livros e várias leis, percebe-se que a terra no Brasil, é um problema ainda não resolvido. Desde os tempos do Império familiares poderosos controlavam as leis e através delas faziam o uso da terra da forma que lhes conviesse.

Durante toda a história do Brasil percebemos que nenhum governo mostrou uma recuperação séria em realizar uma reforma agrária, com exceção do presidente Goulart em 1964, deposto pelos militares.

Comparando com outros países que realizaram a reforma agrária estamos muito atrasados, não conseguimos solucionar o problema no campo por vários motivos que podemos citar:

Falta de vontade política

Controle sobre o governo dos grandes latifundiários.

Uma justiça descomprometida em fazer a justiça no campo.

As elites controlam os governos estaduais o que dificulta ainda mais o processo de reforma agrária.

Uma política voltada para a grande lavoura contribuindo para exportar cada vez mais.

Falta de apoio ao pequeno e médio produtor, levando-os ao abandono de suas propriedades rurais.

Frente a todo este cenário surge um dos movimentos mais organizados das últimas décadas, que aos poucos estão conquistando o direito a propriedade onde a terra passa a ser um bem vital para a sua sobrevivência.

Percebemos os avanços do movimento e suas conquistas em direção a tão sonhada reforma agrária que para eles é uma realidade.

Fica claro que o problema da terra é um problema histórico, que vem desde as sesmarias até os dias atuais.

Anexos

Em anexo muitas transparência, as quais devem ser empregadas durante as aulas em momentos que envolvam questionamento com os alunos.

Todas as transparências estão relacionadas com o uso e ocupação das terras, referentes aos latifúndios e as pequenas propriedades.

A transparências nº 01 trata sobre a distribuição de propriedades no Brasil em 1985, a nº 02, temos os 46 maiores latifúndios por grupos econômicos, na 2B temos uma relação proprietários e hectares.

Na lamina 3 temos uma relação entre ano e área cultivada, na transparência B uma relação ano e população urbana e rural.

A transparência 4^A temos uma divisão por regiões e o percentual de terras ociosas, na transparência 4B temos aí uma relação dos cinco maiores latifúndios estrangeiros.

Na lamina 6^A temos distribuição da terra conforme o tamanho dos estabelecimentos, na 6B temos a distribuição da propriedade da terra por grupos no período de 1972 a 1976.

Distribuição de propriedades rurais no Brasil (1985)

Em hectares	Propriedades	%	Hectares	%	
0 a 1	637.311	10,98	364.431	0,097	
1 a 2	617.003	10,63	833.498	0,22	
2 a 5	1.043.185	17,98	3.347.286	0,89	
5 a 10	767.323	13,23	5.441.421	1,433	
10 a 20	816.029	14,06	11.309.865	3,02	
20 a 50	907.481	15,649	28.115.016	7,50	
50 a 100	437.830	7,69	30.140.278	8,04	
100 a 200	283.004	4,87	37.402.696	9,98	
200 a 500	174.758	3,01	53.071.677	14,18	
500 a 1.000	59.669	1,03	40.958.293	10,92	Área de
1 mil a 2 mil	29.060	0,50	39.642.491	10,57	latifúndio:
2 mil a 5 mil	15.688	0,27	46.023.655	12,28	54,64%
5 mil a 10 mil	3.538	0,06	23.959.751	6,40	Latifundiários:
10 mil a 100 mil	2.066	0,04	42.241.725	11,27	1,9% dos
+ de 100 mil	59	0,001	12.072.839	3,22	proprietários
TOTAL	5.801.809		374.924.929		

Fonte: dados do IBGE, 1991.

IV. Distribuição da terra no Brasil, conforme o tamanho dos estabelecimentos

(porcentagens)

Ano	Menos de 10 ha		Mais de 1.000 ha	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
1950	34,4	1,3	1,6	50,9
1960	44,8	2,4	1,0	44,1
1970	51,4	3,1	0,8	39,5
1975	52,3	2,8	0,8	42,6

Fontes: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e de 1960; Fundação IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e de 1975.

III. Distribuição da propriedade da terra por grupos de áreas — 1972 e 1976

(porcentagens)

Grupos de área	1972		1976	
	Imóveis	Área	Imóveis	Área
Menos de 10 ha	31,1	1,4	31,7	1,2
10 ———— 25	27,8	4,2	26,9	3,7
25 ———— 50	16,5	5,2	16,2	4,7
50 ———— 100	10,4	6,6	10,4	6,0
100 ———— 200	6,5	8,1	6,6	7,5
200 ———— 500	4,6	13,0	4,8	12,1
500 ———— 1.000	1,6	10,1	1,7	9,7
1.000 e mais	1,5	51,4	1,7	55,1
Subtotal (N=100%)	3.387.173	370.275.187	3.842.235	464.428.929
Inconscientes	2,5	5,8	2,4	5,3
Total (N=100%)	3.474.518	393.230.231	3.935.674	490.245.974

Fontes: INCRA, Estatísticas Cadastrais/1, p. 2; INCRA, Estatísticas Cadastrais/4, p. 2.

10 maiores latifúndios nacionais

Empresa	Terras em hectares	Área utilizada/ha	Área utilizada/%
Aplub	2.279.073	900	0,04
Antunes/Caemi	2.240.485	391.536	17,47
Cotriguaçu	1.611.757	0	0,00
Bradesco	893.224	335.689	37,58
Moraes Mad	668.280	200.784	30,04
Ingeco	599.559	171.041	28,52
Agro Amapá	540.613	118.287	21,88
Klabin	522.984	321.526	61,48
Votorantim	497.566	188.758	37,94
Ometto	438.715	183.525	41,83

Fonte: dados do Incra.

Terras ociosas por região (1985)

Região	% de terras ociosas	% de latifúndios na área ociosa	Total de terras ociosas em hectares
Norte	65,8	88,4	7.425.806
Nordeste	54,4	85,9	28.883.864
Sudeste	21,1	84,0	10.445.506
Sul	15,2	74,1	4.403.184
Centro-Oeste	42,6	95,5	30.659.654
BRASIL	42,6	88,7	81.818.014

Fonte: dados do IBGE.

40

5 maiores latifúndios estrangeiros

Empresa	Terras em hectares	Área utilizada/ha	Área utilizada/%
Manasa/Cifec	4.160.658	51.222	1,23
E. N. I.	492.174	67.397	13,70
Calcestruzzi	367.885	40.277	10,95
Belgo-Mineira	288.333	202.185	70,12
Mannesmann	138.431	92.249	66,64

Fonte: dados do Incra.

Latifúndios (1940-1975)	
Ano	Área cultivada
1940	3,6%
1950	2,7%
1960	3,4%
1970	3,3%
1975	4,3%

Fonte: dados do IBGE, 1991.

CONTABILIZANDO OS PREJUÍZOS

**Distribuição da população rural e urbana
(1940-1991)**

Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1940	12.880.182	31,23	28.356.133	68,77	41.236.315
1950	18.782.891	36,16	33.161.506	63,84	51.944.397
1960	31.303.034	44,67	38.767.423	55,33	70.070.457
1970	52.084.984	55,92	41.054.053	44,08	93.139.037
1980	80.436.409	67,60	38.566.297	32,40	119.002.706
1991	110.875.826	75,47	36.041.633	24,53	146.917.459

Fonte: dados do IBGE, 1991.

46 maiores latifúndios por grupos econômicos

Grupos	Terras em hectares	Áreas utilizadas/ha	Áreas utilizadas/%	Número de assalariados
Financeiros	22.133.342	3.799.248	17,16	63.552
Industriais	10.991.211	1.991.396	18,12	44.075
Agropecuários	6.277.169	905.297	14,42	4.887
TOTAL	39.401.722	6.695.941	16,99	112.514

Fonte: dados do IBGE, 1991.

Latifúndios (1940-1985)

Ano	Proprietários	Hectares	%
1940	59.290	117.105.451	59,2
1950	69.726	144.252.944	62,1
1960	73.244	138.727.349	55,5
1970	84.777	149.333.807	50,8
1975	93.961	175.052.238	54,0
1985	110.080	204.898.754	54,6

Fonte: dados do IBGE, 1991.